



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**

**CONTRATO 023/2015 – UFRGS – FASC
ESTUDOS QUANTI-QUALITATIVOS POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE
PORTO ALEGRE
RELATÓRIO FINAL**

**CADASTRO E MUNDO DA POPULAÇÃO ADULTA EM
SITUAÇÃO DE RUA DE PORTO ALEGRE/RS**

Porto Alegre, outubro de 2016.

Av. Paulo Gama, 110. Anexo 1 da Reitoria – sala 210. Porto Alegre. 90040-060 – Fone 51- 3308 3662
- E-mail: pesquisaufrgspoprua@gmail.com Porto Alegre RS Brasil;

APRESENTAÇÃO

Este relatório expressa o resultado quantiquantitativo de um dos estudos do Projeto **ESTUDOS QUANTI-QUALITATIVOS POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE PORTO ALEGRE**, ou seja, Cadastro e Mundo da População Adulta em Situação de Rua de Porto Alegre. Realizado através de Contrato entre a FASC e a UFRGS / FAURGS em dezembro de 2015. Foi também feito pesquisa quantiquantitativa das crianças e adolescentes em situação de rua da mesma cidade, objeto de relatório específico, estudo qualitativo das instituições que atuam junto à população em situação de rua e estudo qualitativo dos técnicos que atuam junto à essa população.

Este relatório contém o processo de pesquisa, seus desdobramentos e seus principais resultados. O processo de pesquisa inclui o Curso de Extensão: “População em Situação de Rua: lutas, políticas e desafios para as políticas públicas”, chancelado pelo IFCH da UFRGS, como atividade estratégica de qualificação de estudantes, de técnicos e de representantes da PopRua e como preparação aos estudos mencionados.

O estudo aqui apresentado objetivou recensear, mapeando os locais de utilização, conhecer as especificidades da formação antropológica dessa população, identificar seus dados étnicos, socioeconômicos e culturais, suas estratégias de sobrevivência, de trabalho e geração de renda, suas formas de sociabilidade, suas identidades e representações sociais, suas relações com instituições e suas principais demandas.

A supervisão e acompanhamento foram realizados por profissionais da FASC, da área de assistência social. Os dados empíricos foram levantados em setembro e outubro de 2016.

Porto Alegre, dezembro de 2016

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
SUMARIO	03
CRÉDITOS	05
Introdução	0
1- Conceituações e Debate sobre as Formas de Nomeação e Classificação da População de Rua	08
1.1 Universo da Pesquisa	08
1.2 Discussão Conceitual	08
1.3 Censos e Cadastros Populacionais e seu Duplo Funcionamento	12
2. Participação das Pessoas em Situação de Rua na Pesquisa	15
3. Metodologia	16
3.1. Elaboração dos Instrumentos	17
3.2. Mapeamento e realização do Campo Censo e Mundo	18
3.3.Cronograma das Aplicações	20
3.4.Estrutura da Realização do Trabalho de Campo	22
4. CARACTERIZAÇÕES GERAIS DA POPULAÇÃO ESTUDADA	25
4.1. Caracterização de gênero, cor/raça e demográfica	25
4.2. Escolaridade e Religiosidade	30
4.3 Pernoite	32
4,4. Legalidade da vida pessoal	33
5. O Mundo da População Adulta em Situação de Rua	35
5.1 Relações Relações Familiares	35
5.1.1 Contato com familiares que não estejam em situação de rua	36
5.1.2. Outro familiar em situação de rua	39
5.1.3. Relações conjugais e presença de filhos	40
5.1.4. Número de filhos e cuidado com os filhos	41
5.1.5. Contribuição dos filhos para sobrevivência	43
5.2 Cotidiano	44
5.2.1.Com quem passa a maior parte do tempo na rua	44
5.2.2 Onde passa a maior parte do tempo acordado	45
5.2.3. Locais de banho, higienização e necessidades fisiológicas	47
5.3 Relações com Instituições	48
5.3.1. Locais de alimentação	48

5.3.2. Serviços de uso mais frequentes	49
5.3.3. Principais motivos para não usar albergues/abrigos com frequência	50
5.4. Relações de Trabalho e Renda	52
5.4.1. Qualificação Profissional	52
5.4.2 Renda e Fontes de Renda	56
5.5. Saúde e Sexualidade	58
5.5.1. Doença e/ou Problemas que os Entrevistados Possuem	60
5.5.2 Produtos que os(as) entrevistados(as) utilizam	63
5.5.3 Cuidados com a Saúde	66
5.5.4 Sexualidade	69
5.6. A Rua: motivos de ida para rua, atrativos e perigos	71
5.7. Violência	77
5.7.1. Preconceito e discriminação	80
5.8. Conhecimento e Participação em Fóruns, Movimentos Sociais e ONG's e Avaliação de Serviços Públicos e das Relações Pessoais	83
5.8.1. Conhecimento e Participação em Fóruns, Movimentos Sociais e ONG's	83
5.8.2. Avaliação de Serviços Públicos e das suas Relações Pessoais	84
5.9. Identidade e Projetos para o Futuro	86
5.9.1. Você se considera morador(a) de rua?	86
5.9.2. Sonhos e Projetos	86
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
Referências Bibliográficas	91
Apêndices (IMPORTAR DO RELATÓRIO II ECOMPLEMENTAR).....	

CREDITOS: COMPOSIÇÃO DAS EQUIPES DO PROJETO

coordenação

Ivaldo Gehlen
Patrice Schuch

Equipe Técnica executora

Ivaldo Gehlen (Dr. em Sociologia, prof. Depto de Sociologia UFRGS)
Patrice Schuch (Dra. em Antropologia, Profa. Depto Antropologia UFRGS)
Heloísa Helena Salvatti Paim (Dra. em Antropologia)
Melissa de Mattos Pimenta (Dra. em Sociologia, Prof. Depto Sociologia UFRGS)
Tiago Martinelli (Dr. em Serviço Social, Depto de Serviço social UFRGS)
Alexandre Virgínio (Dr. em Sociologia, Prof. Depto Sociologia UFRGS)

Consultores

Jose Vicente Tavares dos Santos (Dr. em Sociologia, Diretor ILEA)
Mauro Meirelles (Dr. em Antropologia, Fac. La Salle)
Elsa Cristina de Mundstock (Dra. Estatística, Aposentada UFRGS)

Apoio técnico

Regiane Accorsi (Mestranda em Políticas Públicas)
Caroline Sarmento (Bacharelanda em C. Sociais)
Dayana Mezzonato Machado (Mestranda em PGDR)
Graziela Pandolfo (Doutoranda em Sociologia)
Lais Azevedo (Doutoranda em Economia)
Érica Imbirussú de Azevedo

Campo Censo e Mundo

6 Supervisores de campo

Bruno Fernandes
Calvin da Cas Furtado
Caroline Sarmento
Dayanna Cristina Machado
Flávio Saidelles Ferreira
Helena Patini Lancellotti

22 Entrevistadores

Ana Luiza Moro
Anderson R. Ferreira
Carlos Henrique Pereira
Carolina Nunes dos Santos
Claucia Picolli Faganello
Francisco Castilhos Fear
Gabriela Cruz Bastos
Gabriela Pedroni
Gabriela Silveira
Glaucia Maricato
Helena Moura Fietz
Luzia Vieira Sant'Anna
Marcos Bonacina
Maria Gabriela Andriotti
Natasha Pergher Silva
Nathashe Inhaquiite

Renata Borges
Ricardo Bernardes Pereira
Richer Ribeiro
Tatiele Mesquita
Thiago Cantanhêde da Rosa
Wagner Lemes

06 Digitadores

Andriara Muller de Souza
Fabiane Crescêncio Trindade
Heitor Lange Virginio
Leandro Vieira Lima Araujo
Ligiane Salete Pavoski Dias
Khrisna Chiminazzo Predebon

06 Facilitadores

Da Pop Rua

Alexandre Português da Silva
Carlos Henrique Rosa da Silva
Cícero Adão Goms de Almeida
Edisson Jose Souza Campos
José Luiz Straubichem
Richard Gomes de Campos

Indicado pela FASC

Carlos Alberto de Moraes Guarnieri

Comissão acompanhamento da FASC

Simone Ritta Dos Santos (Coordenadora)
Aline Espindola Dornelles
Anderson Rosa Ferreira
Eduarda dos Reis Eschberger
Isabela Arregui Binz
Lirene Finkler
Luis Claudio Bernardo
Miriam Schiller Thomaz
Rejane Margareth Scherolt Pizzato
Richard Gomes De Campos

Porto Alegre, dezembro de 2016.

Av. Paulo Gama, 110. Anexo 1 da Reitoria – sala 210. Porto Alegre. 90040-060 – Fone 51- 3308 3662 - E-mail:
pesquisaufrgspoprua@gmail.com Porto Alegre RS Brasil;

Introdução

A pesquisa ora apresentada visou compreender as características socioculturais, os modos de inserção urbana e as relações com as políticas públicas das pessoas que se configuram como em “situação de rua” na cidade de Porto Alegre, a partir de uma pesquisa quantitativa. Tal pesquisa privilegiou um estudo de tipo censitário, que cadastrou os adultos em situação de rua na cidade entre os dias de 08 de setembro de 2016 e 10 de outubro de 2016. Foram encontrados 2115 adultos em situação de rua na cidade, no período investigado; desses, 1758 aceitaram participar da pesquisa e tiveram seus dados cadastrados. A diferença entre esses números refere-se às pessoas apenas contadas para fins de contabilização da população, mas por diversos motivos – pela recusa de participação no estudo, pela impossibilidade de responder à pesquisa devido à alterações psicológicas e/ou comportamentais ou pelo fato de estarem dormindo – não puderam responder ao cadastro. A pesquisa também trabalhou simultaneamente com uma amostra quantitativa da população investigada, que fez o total de 467 pessoas. A amostra possibilita compreender em maior detalhe as condições de vida das pessoas em situação de rua, práticas cotidianas, modos de inserção urbana, condições de saúde, violência, expectativas para o futuro e as relações com as políticas públicas.

Objetivamente, a pesquisa realizou uma quantificação do número de crianças, adolescentes e adultos configurados como em situação de rua na cidade de Porto Alegre; mapeou, especialmente, os espaços privilegiados de existência social das pessoas em situação de rua na cidade de Porto Alegre; investigou as características sócio-culturais, as práticas cotidianas, os modos de inserção urbana, as expectativas para o futuro, as condições de saúde, as formas de engajamento político e as maneiras de relacionamento com as políticas públicas de assistência social dos adultos em situação de rua em Porto Alegre. Tais elementos, pois si, constituiriam material de relevância para a análise da percepção sobre as políticas públicas e sua utilização pelas pessoas em situação de rua; são de maior importância, entretanto, quando comparados com as pesquisas anteriormente efetivadas – destacando-se o estudo quantitativo da população de rua em Porto Alegre, realizado em 2007-8 (UFRGS, 2008), o qual fornece uma possibilidade de comparação ímpar dos processos de mudança na condição social e no uso de políticas públicas e das percepções de seus usuários. Esta comparação, um dos objetivos do relatório ora apresentado, permite fornecer elementos que contribuem para compreender transformações e dinâmicas de existência social da população em situação de rua, à luz das políticas públicas e suas modificações.

1. Conceituações e Debate sobre as Formas de Nomeação e Classificação da População de Rua

1.1. Universo da Pesquisa

Em acordo com a definição atual da Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua e de modo a possibilitar comparações com as duas pesquisas anteriormente realizadas, em 2007-8 e 2011, sobre a composição e as dinâmicas e transformações do que se configura como “população de rua” na cidade de Porto Alegre, abarcaremos como o universo a ser abarcado pelo estudo censitário e amostral aquele utilizado nas pesquisas anteriores (UFRGS, 2008 e FASC, 2012). Definimos, portanto, como pessoas a serem pesquisadas durante o período do estudo, todos os adultos que se encontrassem em abrigos e albergues destinados ao acolhimento e/ou ao abrigo temporário, intermitente ou definitivamente, assim como aqueles que se encontrassem em atividades de perambulação/circulação pelas ruas e/ou que dissessem fazer da rua seu local de existência e habitação, mesmo que temporariamente. Assim, o universo de pesquisa conjugou uma diversidade de fatores, entre os quais se destacam:

a) os modos de utilização do espaço da rua ou de territórios subvertidos em sua utilização (casas abandonadas, viadutos, parques etc) – em habitação, perambulação, permanência ou outra forma de existência social, mesmo que situacional;

b) o uso dos serviços destinados ao acolhimento de pessoas que necessitem de abrigo temporário, intermitente ou definitivamente;

c) a aparência e a cultura material dos pesquisados.

Tendo em vista a procura de uma definição mais ampla das pessoas em “situação de rua” para além da utilização da rua como dormitório – numa aproximação com o entendimento do habitar a rua como uma forma de inserção urbana – a pesquisa não se restringiu ao período noturno. Isso poderia não se coadunar com as práticas cotidianas de muitas pessoas colocadas nessa situação social, isto é, com seu modo de ocupação do espaço e com o uso de concepções do tempo. A rua é tomada, desta forma, como um espaço de relações sociais e simbólicas, as quais não se reduzem a um significado puramente pragmático de resposta a fins específicos (trabalho, dormitório etc) ou responde puramente a necessidades básicas de vida.

1.2. Discussão Conceitual

Estudos de contagem e cadastramento de populações, quando não partem somente de uma autoatribuição dos pesquisados, devem redobrar sua atenção no esclarecimento de tais aspectos, uma vez que trabalham com um conjunto de atributos que são reunidos para a construção de uma “população” que, necessariamente, não se reconhece como tal. Nesse caso, as categorias de classificação que definem o grupo de pessoas a ser potencialmente estudado se refletem diretamente nos dados apresentados ou no perfil a ser construído sobre a população pesquisada (Gehlen e Schuch, 2012).

No Brasil, desde a década de 1980 vem se acentuando uma preocupação pública e de gestores institucionais acerca do que, popularmente, foi chamado por muito tempo de “morador de rua” e que hoje, no repertório das políticas públicas brasileiras, chamamos de “pessoas em situação de rua”. Em que pese à diversidade de conceitos utilizados para sua descrição, pode-se dizer que esse conceito pretende denominar, atualmente, um conjunto de populações diversas que circulam pelas ruas e fazem dela seu local de existência e moradia, mesmo que temporariamente e/ou utilizam serviços diversos destinados a sua proteção e promoção de direitos, tal como exposto na definição conceitual da Política Nacional para as Pessoas em Situação de Rua, exposta acima.

Como já escrevemos anteriormente (Schuch e Gehlen, 2012), esse conceito chama a atenção para o fato de que, mais importante do que buscar uma essência definidora de determinados atributos comuns às pessoas assim classificadas, é importante associar a construção dessa “população” com um conjunto de atributos definidores da noção de normalidade, assim como à criação de formas de gestão pública das pessoas colocadas nessa situação social. Isto porque, como já assinalamos, embora populações sem paradeiro fixo, andarilhos, miseráveis e necessitados de ordens diversas tenham sido constantes na história do mundo, a forma de concebê-los, administrá-los e os significados relacionados à sua existência não são homogêneos, assim como também não o são os próprios modos de vida, as trajetórias, práticas e concepções de mundo dos sujeitos colocados nessa situação social (Schuch et alli, 2008).

Esse caráter relacional entre determinadas práticas de sujeitos e modos de sua gestão muitas vezes fica encoberto ou menosprezado nos esforços de intervenção sobre o assunto e mesmo nas pesquisas sobre o tema, cujo interesse principal tem sido a construção de perfis populacionais ou mesmo a busca por causalidades para a situação de rua. O que se enfatiza, nesses casos, são atributos individualizados e não as variadas mediações institucionais, históricas e políticas, que engendram a construção dessa população como uma problemática social (De Lucca, 2007).

Sabemos que, historicamente, no Ocidente, a partir da época moderna, a rua passa a ser um espaço importante a ser governado e as políticas médico-sanitaristas e higiênicas se

esforçam para esquadrihar espaços e privatizar e nuclearizar famílias; políticas de promoção de saúde, trabalho, educação e bem-estar passam a definir populações governáveis e disciplinar sujeitos (Ariés, 1981; Donzelot, 1980; Foucault, 1979). O urbanismo passou a constituir-se num saber-poder que visava o remodelamento dos espaços; o higienismo da mesma forma enfatizava a profilaxia e a desagregação; a polícia, finalmente, tentava controlar desvios e incentivar a vigilância quanto aos comportamentos aceitáveis (Costa, 1983; Pechman, 2002). Novos problemas e autoridades para seu combate passaram a ser criados e, no que se refere às populações que teimavam em fazer da rua seu local de existência social, mesmo que temporariamente, um olhar de suspeita e anormalidade passou a se evidenciar.

Pode-se dizer que a experiência nas ruas passou a ser vista como um problema social e urbano; a premissa comum que passou a reunir agentes e instituições diversas é que a experiência de vida nas ruas é algo inaceitável (De Lucca, 2007). Todo esse processo de longa duração não teve nada de linear e não controverso. Ao longo desse percurso histórico que passou a definir a rua como um lugar de circulação e passagem, mais do que de permanência e existência social, embates cotidianos e, muitas vezes, silenciosos, estiveram presentes. De um lado, pode-se mencionar certa tensão em torno das formas de experienciar a rua, na medida em que a própria configuração social e espacial das periferias e bairros de baixa renda no Brasil, por exemplo, produz práticas de sociabilidade em que a rua apresenta-se como opção de lazer (Leal, 2007). De outro lado, pode-se considerar a própria itinerância e mobilidade, características dos assim classificados “em situação de rua”, como práticas de resistência à produção de legibilidades das práticas de governo. Nesse caso, a itinerância e mobilidade não são apenas “faltas” a serem civilizadas por práticas de intervenção, mas podem expressar a agência política de certas pessoas que não raro são consideradas “bárbaras” e “primitivas” a serem “civilizadas” pelas instituições estatais ou mesmo tão desprovidas de recursos econômicos que os levaria a uma desposseção simbólica.

É relevante referir também que os processos sociais e históricos descritos acima se conjugaram na produção do “social” como um meio em que novos problemas passaram a ser definidos (Deleuze, 1980), ao que correspondeu a criação de categorias classificatórias - tais como *clochard*, *homeless*, sem abrigo, sem teto, sem domicílio fixo, morador de rua, pessoa em situação de rua, etc - que ao mesmo tempo em que deram visibilidade a certas questões e problemas sociais, também engessaram estigmas através de sua própria produção. Tais reflexões ajudam a compreender que o sujeito das políticas de intervenção – as hoje chamadas “pessoas em situação de rua” – é mais do que uma essência concreta de alguma coisa, mas uma particularidade inteligível, a partir de sua inserção num espaço de relações, que envolve tanto processos históricos mais abrangentes quanto uma atenção para as categorias de classificação utilizadas para sua compreensão e controle (Schuch, 2007).

A própria diversidade dos modos de classificação enseja a compreensão do caráter relacional que a definição de segmentos populacionais tem entre determinadas práticas de sujeitos e um conjunto heterogêneo de intervenções. Nos países anglo-saxões e franceses, por exemplo, a definição origina-se em função da não existência de moradia: são os homeless e os sem domicílio fixo. Na tradição brasileira, por outro lado, privilegia-se uma denominação em relação à vida na rua, com as noções de morador de rua, população em situação de rua (Pereira, 2007; Schuch et alli, 2008). No país, embora as primeiras iniciativas de intervenção e debate sobre esse conjunto diverso de pessoas, no Brasil, tenham tido a característica de ser marcadamente filantrópicas e religiosas – os quais atendiam os que ficaram conhecidos como os “sofredores das ruas” -, principalmente no final da década de 1980, o poder público começou a articular reflexões sobre o tema, progressivamente produzindo um refinamento das políticas de assistência social e também das formas de sua categorização e proteção.

Como escrevemos (Schuch e Gehlen, 2012), a ruptura com a terminologia de “sofredor de rua” e a passagem para expressões tais como “povo de rua” e “morador de rua” teve o intuito de reforçar a consciência de grupo (povo) e da negação de um direito (morador de rua) (Rosa, 2005). Também implicou um deslocamento da experiência da rua percebida como um sofrimento, sob influência da ética cristã, para a experiência da rua tomada como um risco (De Lucca, 2007). Em paralelo a tal processo, iniciou-se um movimento de luta por direitos da parte de representantes da própria população em situação de rua, complexificando o cenário das propostas de intervenção e das próprias formas de sua denominação (Pizzato, 2011). Como efeitos deste processo, percebeu-se que mesmo a própria terminologia “povo de rua” ou “morador de rua” escondia uma heterogeneidade importante de formas e estilos de vida e que havia várias “situações” diferentes em relação à permanência na rua as quais precisavam ser dimensionadas, como as quais àquelas classificadas por Vieira, Bezerra e Rosa (1992): ficar, estar e ser da rua.

A ruptura entre a terminologia “morador de rua” e “pessoas em situação de rua” e/ou “população em situação de rua” foi, portanto, significativa de toda uma mobilização política que visou, de um lado, atentar para a situacionalidade da experiência nas ruas e, de outro lado, combater processos de estigmatização dessa população, definindo-os a partir de uma concepção do habitar a rua como uma forma de vida possível e não através de uma falta ou carência - de casa ou local de moradia fixa (Magni, 1994 e 2006; Schuch, 2007 e Schuch et alli, 2008). Vistos, em geral, como vítimas ou algozes, o conceito de “pessoas em situação de rua” também busca reconstituir certa agência dessa população, apontando que o enrijecimento de uma categoria explicativa – “moradores de rua” – esconde a pluralidade dos usos e sentidos da rua.

O espaço da rua aparece, então, como um “lugar praticado” (De Certeau, 1984): um lugar existencial e simbólico, mais do que simplesmente geometricamente instituído ou definido como apriori um lugar da “falta”. Para falar dessa dimensão simbólica e de produção de relações sociais a partir da rua, Kasper (2006) propõe a atenção aos “processos de habitar a rua”, entendendo-se por isso as dinâmicas de “apropriação”, “instalação” e “incorporação” que recortam modos de inserção urbana particulares e constroem o lugar habitado como um território. “Apropriar-se” de alguma coisa, diz o autor, está longe de ser simplesmente tomar como propriedade, é colocar nela sua marca, modelá-la. Em sentido próximo, “instalar-se” pode ser definido como a prática que visa fazer corresponder um espaço que se pretende ocupar às práticas cotidianas, envolvendo os sentidos de adaptação e adequação. A “incorporação” diz respeito às dinâmicas de relacionamento do corpo com o meio ambiente, práticas de incorporação do ambiente (Kasper, 2006:26).

Esses três processos de ordenação do espaço e tempo podem ser aproximados ao que Magni (1994 e 2006) descreveu como sendo dinâmicas fundamentais que recortam a experiência da itinerância e não-fixação domiciliar: uma relação singular com o espaço, com o corpo e com as coisas¹. O espaço existencial torna-se assim um espaço dinâmico que abriga existências espaciais e temporais particulares. A rua aparece, nesse sentido, como um espaço de relações sociais e simbólicas, as quais não se reduzem a um significado puramente pragmático de resposta a fins específicos (trabalho, dormitório, etc) ou respondem puramente a necessidades básicas de vida. “Estar” na rua não é apenas uma estratégia de sobrevivência ou moradia, mas um modo específico de constituir a existência, mediado por sentidos sobre a habitação e pelas tramas de relações que a circunscrevem (Schuch, 2007).

1.3. Censos e Cadastros Populacionais e seu Duplo Funcionamento

Censos e cadastros populacionais podem ser considerados, de acordo com James Scott (1998), importantes modos de produção de legibilidade, um dos problemas centrais nos modos de fazer Estado. Segundo Scott (1998), as práticas de legibilidade seriam espécies de “mapas abreviados”, os quais possibilitariam refazer as realidades que retratam através dos processos de racionalização, padronização e simplificação. Entretanto, como um de nós já escreveu anteriormente (Schuch, 2015), as práticas de legibilidade também podem fazer mais do que aumentar a potência estatal, sendo importantes instrumentos para tornar visível determinadas populações, no entrecruzamento com as políticas que lhes são destinadas. Isto é, se os censos e cadastros populacionais podem ser considerados modos pelos quais determinadas formas de intervenção social tornam-se possíveis, eles são também vias

¹ Outros trabalhos também afirmam essas especificidades, como por exemplo: Costa (2006) e Perrot (1988).

relevantes de produção de sujeitos e, sobretudo, são oportunidades onde novas lutas e inscrições políticas são possíveis (Schuch, 2015).

Ciente desse duplo funcionamento dos estudos desse tipo, a expectativa desta pesquisa é possibilitar o avanço nos processos de visibilidade e produção de direitos para as pessoas em situação de rua na cidade de Porto Alegre. Para tanto, o conhecimento de suas características sócio-culturais, modos de inserção urbana e relações com as políticas públicas não pode ser considerado uma simples reprodução de realidades pré-existentes; acredita-se que a pesquisa tem uma dimensão performativa em relação à produção de visões acerca desse grupo que faz com que a responsabilidade sobre os dados a serem produzidos seja muito relevante. Como já escrevemos anteriormente (Schuch e Gehlen, 2012), perspectivas essencialistas dirigidas a esse grupo populacional ainda persistem, seja na subtração de direitos ora conquistados, seja nas ameaças que as pessoas em situação de rua sofrem exatamente por utilizarem as ruas como lugar de existência social. A presença de tais posturas justifica a ênfase no conhecimento e visibilidade das formas de existência social e de agência política das pessoas em situação de rua, assim como a possibilidade de fornecimento de dados acerca dos serviços de assistência social que lhes são destinados, para eventual aperfeiçoamento e transformação.

Em trabalho anterior (Schuch e Gehlen, 2012), nossa hipótese foi de que certa tendência à essencialização da situação de rua como uma problemática social está associada a uma correlação entre dinâmicas que conjugam duas fortes perspectivas sobre o assunto: àquela pautada pela visão de que estar na rua é um problema que requer intervenções e práticas de governo determinadas a suprimir tal fenômeno a partir simples da retirada das pessoas da rua e àquela pautada num diagnóstico de causalidades macroestruturais, que subentende as pessoas em situação de rua como os sujeitos da “falta”. Embora trabalhem com perspectivas de causalidades diferenciadas – a primeira através da individualização da questão e a segunda através de seu deslocamento para a esfera macroestrutural, ambas as abordagens tiram a complexidade da agência dos sujeitos, tornando a rua um espaço ontológico da exclusão por excelência e/ou entendido unicamente a partir da lógica das necessidades de sobrevivência. Como já argumentamos, uma visão complexa da situação de rua requer o dimensionamento tanto das multicausalidades que estão na origem desse fenômeno, entre as quais devem ser incluídos processos sociais e históricos, tecnologias de governo específicas e certas práticas dos sujeitos, quanto o reconhecimento de que a rua é também um espaço de produção de relações sociais e simbólicas, habitado por sujeitos com agência política que exploram o mundo na instabilidade de seu movimento.

Neste momento, acreditamos que uma perspectiva muito homogênea do que se constitui como “população em situação de rua” também pode estar contribuindo para certa

essencialização no debate e consideração dessa problemática. Desta forma, torna-se relevante ressaltar a diversidade da população de rua e na consideração de problemáticas mais específicas que recortam tal universo, como gênero, orientação sexual, faixa etária, uso de drogas, formas de existência social e práticas cotidianas, etc. É no intuito de fornecer uma visão menos homogênea e que valorize a heterogeneidade da composição das pessoas em situação de rua que essa pesquisa pretende contribuir e avançar em relação aos estudos que realizamos anteriormente.

2. Participação das Pessoas em Situação de Rua na Pesquisa

Tão ou mais interessantes do que os resultados finais desses estudos – a publicação dos relatórios de pesquisa (UFRGS, 2008 e FASC, 2012) e, posteriormente, de um livro sobre o assunto (Gehlen, Borba e Silva, 2008) – a pesquisa de 2007-8 e, em menor proporção a pesquisa de 2011 (pelas suas limitações temporais e escolhas metodológicas), trouxeram a oportunidade de implicar as pessoas atendidas pelos circuitos de atenção às chamadas pessoas em situação de rua nos processos de pesquisa, ainda que, reconhecemos, de forma reduzida e bastante limitada. Da mesma forma, se incorporou as pessoas em situação de rua ao desenvolvimento da pesquisa ora apresentada, de modo que puderam contribuir na estruturação dos instrumentos metodológicos de pesquisa, na sua revisão, no mapeamento dos locais e dos serviços existentes utilizados pela população de rua, nas abordagens de campo quantitativo, na análise dos dados e no curso de formação destinado aos profissionais do atendimento, pessoas em situação de rua, militantes, estudantes e pesquisadores do tema.

A participação das pessoas em situação de rua na integralidade da pesquisa – como participantes do “Grupo de Acompanhamento” da pesquisa, que contou com a representação do Boca de Rua e do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), no processo de trabalho de campo, como facilitadores de campo, e também como palestrantes e participantes no curso de extensão visou valorizar e destacar a agência política das pessoas colocadas na situação social de rua. Considera-se que as práticas e interpretações dos sujeitos acerca de suas próprias situações sociais não são adições, mas um componente essencial na configuração da situação de rua (Schuch e Gehlen, 2012).

3. Metodologia

A pesquisa ora apresentada teve o seu projeto de pesquisa encaminhado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFRGS, via Plataforma Brasil, seguindo-se os procedimentos da regulamentação da ética em pesquisa em Ciências Humanas e Sociais próprios da Resolução 510 do Ministério da Saúde. Esta Resolução entrou em vigor em abril de 2016, às vésperas da realização do trabalho de campo. Tendo em vista a necessidade de adequação dos procedimentos do estudo devido à implementação da nova Resolução, o trabalho de campo quantitativo teve que ser adiado até a aprovação do projeto, que se deu sem nenhuma pendência junto ao CEP da UFRGS, tendo se iniciado apenas em setembro de 2016.

Para dar conta dos objetivos propostos no projeto de pesquisa, foi utilizada uma metodologia participativa que contou com a interação entre pesquisadores, profissionais da FASC e outros órgãos da Prefeitura de Porto Alegre, assim como alguns usuários dos serviços específicos para pessoas em situação de rua, entre membros do Movimento Nacional de Pessoas em Situação de Rua (MNPR) e do Jornal Boca de Rua. Esta metodologia participativa foi assegurada a partir da constituição do “Grupo de Acompanhamento”, que reuniu profissionais da Prefeitura de Porto Alegre, um representante do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) e um representante do Jornal Boca de Rua, bem como a equipe técnica da pesquisa.

Este grupo discutiu os procedimentos da pesquisa e foi, sobretudo, importante no planejamento da pesquisa, discutindo a posição do MNPR frente à pesquisa e suas atividades, os cuidados necessários para que a pesquisa não suscitasse ações higienistas a partir de sua publicação, a equiparação entre o pagamento dos facilitadores de campo – na maior parte pessoas em situação de rua – e os pesquisadores de campo – estudantes da UFRGS - e o papel político de um estudo como este. Na medida em que a pesquisa foi sendo implementada, porém, e talvez em função de uma grande preocupação dos profissionais da FASC em relação à reconfiguração do calendário da pesquisa, que foi motivada pela modificação da normativa que regulamenta os procedimentos éticos da pesquisa em ciências humanas e sociais (Resolução 510 do Ministério da Saúde, implementada em abril de 2017), a dinâmica do “Grupo de Acompanhamento” se modificou, passando a praticamente restringir-se à fiscalização do contrato legal e prestação de contas da equipe da UFRGS em relação à pesquisa. Acreditamos que isso foi prejudicial às dinâmicas do grupo, que progressivamente teve um esvaziamento na participação de seus membros, principalmente as pessoas do movimento social e do Jornal Boca de Rua.

O monitoramento, acompanhamento e fiscalização da FASC em relação à pesquisa foi realizado através de reuniões, contatos via e-mails, telefone e outros meios virtuais. Como já foi escrito, foram realizadas reuniões sistemáticas, com datas agendadas entre a equipe de pesquisa e a equipe de acompanhamento, com representação do Movimento da População em Situação de Rua. A equipe Técnica da UFRGS realizou diversas reuniões visando atender um conjunto de demandas: dos estudos propriamente ditos, obter a autorização do Comitê de Ética (Plataforma Brasil), definir os aditivos de prorrogação do contrato e, até mesmo, mudanças no cronograma. A partir das reuniões realizadas, definiu-se o cronograma de atividades a serem desenvolvidas e a previsão das etapas a serem cumpridas, bem como a proposta do curso, o recrutamento dos facilitadores, os procedimentos para a elaboração do mapeamento e a produção dos relatórios técnicos e finais. Neste aspecto, o “Grupo de Acompanhamento” foi essencial para todo processo de planejamento e organização da pesquisa, realizado mediante reuniões com a coordenação da pesquisa, membros da equipe de pesquisa (UFRGS), representantes das pessoas em situação de rua e profissionais da FASC.

Para a construção da etapa de pesquisa quantitativa, destacou-se também a realização do primeiro módulo do curso de extensão intitulado “População em Situação de Rua: Lutas, Políticas e Desafios para as Políticas Públicas”, cujo eixo central foi a discussão dos elementos antropológicos, políticos e históricos da problemática das pessoas em situação de rua e das outras pesquisas a serem realizadas em Porto Alegre e, 2007-8 (UFRGS, 2008) e em 2011 (FASC, 2012). O curso forneceu aos participantes subsídios teóricos, metodológicos e práticos sobre a temática da população de rua, além de contar com a relevante participação das pessoas em situação de rua no relato de suas vivências e experiências de rua e na relação com as políticas públicas. A troca de experiências entre a equipe de pesquisa, movimento social (MNPR), mídia especializada (Jornal Boca de Rua), pessoas em situação de rua e os funcionários da intervenção possibilitou uma rica discussão acerca das categorias a serem utilizadas, elaboração dos instrumentos, formação das equipes e procedimentos do trabalho de campo.

3.1. Elaboração dos instrumentos

Os instrumentos para o cadastro da população adulta em situação de rua foram construídos tomando por base os instrumentos já elaborados, testados e utilizados nas pesquisas de 2007-8 e 2011 (UFRGS, 2008 e FASC, 2012). Com base nesses instrumentos, foram elaborados:

Cadastro dos adultos em situação de rua de Porto Alegre, contemplando dados da entrevista (data e local da entrevista, horário, turno em que foi aplicado, bem como dados do entrevistador e do supervisor), dados do entrevistado (nome, apelido, data de nascimento,

nome da mãe e idade) e 10 perguntas (informações demográficas e hábitos do cotidiano do entrevistado).

Questionário a ser aplicado a uma amostra da população adulta em situação de rua de Porto Alegre, contemplando dados da entrevista (data e local da entrevista, horário, turno em que foi aplicado, bem como dados do entrevistador e do supervisor), dados do entrevistado (nome, apelido, data de nascimento, nome da mãe e idade) e 67 perguntas, contemplando: informações demográficas, hábitos do cotidiano, renda e trabalho, relações familiares, saúde, sexualidade, violência e relação com instituições, perspectivas de futuro, além de três questões sobre as condições de realização da entrevista.

Os instrumentos foram todos previamente enviados e submetidos à avaliação da equipe de monitoramento da pesquisa da FASC, tendo sido sistematicamente revisados pelos membros da equipe de pesquisa da UFRGS. A versão piloto foi apresentada à equipe de supervisores, entrevistadores e facilitadores no dia 03/09, em uma sala de reuniões do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, no campus centro da UFRGS. Nesse dia, foi realizada orientação e o treinamento da aplicação dos instrumentos. Os entrevistadores aplicaram os instrumentos aos colegas e facilitadores presentes e, durante o final de semana, aplicaram a versão piloto a duas pessoas em situação de rua. No dia 06/09, toda a equipe foi reunida novamente para avaliação dos instrumentos.

Os ajustes finais foram realizados pela equipe de pesquisa da UFRGS no dia 07/09 e a versão final consolidada ficou pronta no dia 08/09, quando se deu início ao campo.

3.2. Mapeamento e Realização do Campo Censo e Mundo

O mapeamento da distribuição da população em situação de rua pelo espaço urbano de Porto Alegre, e que foi objeto do Censo e Mundo, foi realizado com base no cruzamento de informações obtidas junto à FASC, aos facilitadores (representantes do Universo Social estudado), durante o trabalho de campo, e visitas de reconhecimento do campo realizadas pela equipe de pesquisa, particularmente nos bairros mais distantes do centro de Porto Alegre. As informações fornecidas pela FASC foram complementadas por registros dos estudos anteriores e atualizadas pelas equipes de abordagem social da população adulta em situação de rua, durante reuniões previamente agendadas com as coordenações das equipes.

O Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) decidiu que não iria participar da atividade de mapeamento, recusando-se a fornecer informações sobre os locais de concentração da população de rua, em função de respeitar aqueles que, porventura, não desejassem ter seu local de permanência conhecido. Esta posição foi formalmente colocada durante uma das reuniões do “Grupo de Acompanhamento” da pesquisa, sendo então

respeitada pelos pesquisadores, em que pese o alerta sobre as possíveis repercussões sobre o número de pessoas encontradas, na medida em que se trabalharia apenas com os recursos das informações da FASC. Destaca-se que, nas pesquisas anteriormente realizadas, a equipe de pesquisa sempre contou com a colaboração das pessoas em situação de rua como participantes do mapeamento. Nesta ocasião, tal participação foi fundamental para racionalizar recursos e tempos da pesquisa, o que não foi viável neste momento.

Entretanto, várias pessoas do MNPR participaram como facilitadores de campo na pesquisa, o que trouxe informações cotidianas sobre os modos de vida da população de rua, que tiveram que ser retrabalhadas durante o processo de campo e no direcionamento dos roteiros de trabalho. Houve então uma situação ímpar, de simultâneo “mapeamento” e campo de trabalho, na medida em que, durante o trabalho de campo, os facilitadores questionaram os locais do mapeamento trazidos pela equipe de pesquisa, fornecidos pela FASC. Estes dados foram destacados pelos facilitadores como incompletos e incorretos, e passaram a sugerir outros que tiveram que ser incorporados dinamicamente pela pesquisa, já na fase de trabalho de campo. Uma leitura política desse processo atenta para as tensas relações entre FASC e MNPR que, sem dúvida, repercutiu nos processos de trabalho da pesquisa, ocasionando algumas tensões e questionamentos dirigidos à equipe de pesquisa mas que, politicamente, a ultrapassavam.

Quanto aos procedimentos de trabalho, a equipe de pesquisa responsável pelo mapeamento elaborou cópias do mapa da planta urbana do município de Porto Alegre, divididas segundo as regiões do Orçamento Participativo e revisou, junto com os coordenadores e técnicos de cada equipe de abordagem social da FASC, os locais onde pessoas em situação de rua organizaram estruturas de moradia, faziam uso do espaço público para pernoite, os locais utilizados para a realização de atividades de trabalho e de circulação, bem como locais de distribuição de alimentos, pesagem e de materiais recicláveis recolhidos e vendidos. Essas informações foram revistas e, como já referido, posteriormente, atualizadas pelos facilitadores, que orientaram as saídas a campo, com base na sua experiência e conhecimento, bem como suas redes de sociabilidade. Também foram complementadas pelas próprias pessoas em situação de rua entrevistadas, que indicaram onde as equipes poderiam encontrar outras pessoas em situação de rua nas proximidades. Finalmente, foram integradas ao mapeamento as informações fornecidas por moradores, comerciantes, lideranças locais, coordenadores de instituições conveniadas e outros prestadores de serviços que atuavam junto a essa população, obtidas durante as visitas de reconhecimento nos bairros.

Para a realização do campo foram consideradas as regiões do Orçamento Participativo (OP), distribuídas da seguinte forma:

- a) A região do OP que corresponde ao centro expandido de Porto Alegre (Centro histórico, Cidade Baixa, Menino Deus, Praia de Belas, Floresta, Bom Fim, parte do São Geraldo, Santana, Independência, Mont Serrat, Bela Vista, Moinhos de Vento, Três Figueiras e Santana)
- b) Eixo Ilhas/Humaitá/Navegantes (São Geraldo, Farrapos, Anchieta, Floresta, Navegantes, Humaitá, Aeroporto)
- c) Eixo Noroeste/Norte (Higienópolis, Sarandi, Jardim Lindóia, Vila Floresta, São João, Auxiliadora, Vila Ipiranga, Jardim Itu-Sabará e Rubem Berta)
- d) Eixo Baltazar/Nordeste (Rubem Berta, Passo das Pedras, Mário Quintana, Jardim Leopoldina)
- e) Eixo Leste I e Leste II (Vila Bom Jesus, Vila Jardim, Três Figueiras, Jardim Carvalho)
- f) Eixo Partenon (Partenon, Azenha, Medianeira, Santo Antônio, São José)
- g) Eixo Glória/Cruzeiro/Cristal (Belém Velho, Cascata, Glória, Medianeira, Santa Tereza e Cristal)
- h) Eixo Sul/Centro Sul (Guarujá, Hípica, Ipanema, Espírito Santo, Vila Assunção, Vila Conceição, Serraria, Tristeza, Camaquã, Campo Novo, Cavalhada, Nonoai, Teresópolis e Vila Nova)
- i) Eixo Lomba do Pinheiro (Lomba do Pinheiro)
- j) Eixo Restinga/Extremo Sul (Belém Novo, Lami e Ponta Grossa)

3.3. Cronograma das Aplicações

A realização do campo teve início no dia 8/09/2016, pelas instituições que acolhem parcela desta população em turnos agendados com as respectivas direções. Na sequência, durante duas semanas, as seis equipes percorreram as ruas da região central (acima definida), previamente programadas através de reunião conjunta entre supervisores de campo, facilitadores e equipe técnica da pesquisa. Os locais apontados como mais relevantes foram visitados pelo menos três vezes em horários diversos e geralmente por equipes diferentes. Nas duas semanas finais da pesquisa de campo (encerrada no dia 10 de outubro), as equipes foram deslocadas para as demais regiões do OP, seguindo os roteiros de campo previamente construídos pela equipe técnica de pesquisa. Ao final do trabalho foi realizada uma reunião com a coordenação da pesquisa, com a equipe técnica, supervisores de campo e entrevistadores, durante a qual foram definidos os locais que precisavam ser revisitados.

As instituições que acolheram a pesquisa foram: Abrigo Marlene, Albergue Felipe Diehl, Abrigo Bom Jesus, Albergue Municipal, Albergue Dias da Cruz, Centro POP I, Centro POP II, Restaurante Popular, EPA, Abrigo de família, República Junto, CAPS-AD.

Além dessas instituições, foram visitados vários locais de concentração de pessoas em situação de rua, nomeadamente de distribuição de comida e coleta de recicláveis. As equipes foram em TODOS os locais apontados (pelo mapeamento) como acolhimento ou passível de acolhimento de pessoas em situação de rua. Na grande maioria das situações obteve-se resultados positivos, ou seja, foram encontradas, contadas e cadastradas pessoas em situação de rua. Os cadastros em questionários foram aplicados em todos os dias da semana, em todos os horários (manhã, tarde e noite).

Tabela 01 – Dia da semana em que as entrevistas foram realizadas

Dia da semana	Freq	%
Domingo	131	6,2
Segunda	398	18,8
Terça	294	13,9
Quarta	325	15,4
Quinta	311	14,7
Sexta	369	17,4
Sábado	210	9,9
Sem informação	77	3,6
Total	2115	100,0

Fonte: Pesquisa Perfil e o Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016.

Tabela 02. – Horários em que os instrumentos foram aplicados

Horário	Freq.	%
Manhã (6h e 12h)	928	43,9
Tarde (13h e 18)	635	30,0
Noite (18h e 24h)	458	21,7
Não informado	94	4,4
Total	2115	100,0

Fonte: Pesquisa Perfil e o Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016.

O instrumento previu o registro exato do local onde foi realizado o cadastro ou aplicado o questionário, possibilitando uma visualização bastante fidedigna sobre a distribuição territorial dessa população na cidade. Como previsto, a região de maior concentração de pessoas pesquisadas foi o Centro (39,7%), Floresta (12%), Menino Deus (7%), o que totaliza o percentual de 58,7%, conforme especificado abaixo:

Tabela 03 – Bairro em que os instrumentos foram aplicados

<i>Bairro</i>	<i>Freq.</i>	<i>%</i>
Agronomia	3	0,2
Azenha	83	4,7
Bom Jesus	25	1,4
Bom Fim	34	1,9
Centro	698	39,7
Cidade Baixa	98	5,6
Cristal	6	0,3
Cristo Redentor	6	0,3
Farroupilha	34	1,9
Floresta	211	12,0
Glória	13	0,7
Humaitá	6	0,3
Independência	13	0,7
Ipanema	10	0,6
Jardim Botânico	8	0,5
Jardim Itú-Sabará	3	0,2
Jardim Lindóia	17	1,0
Jardim do Salso	3	0,2
Lami	1	0,1
Lomba do Pinheiro	6	0,3
Medianeira	3	0,2
Menino Deus	131	7,5
Navegantes	102	5,8
Nonoai	5	0,3
Partenon	14	0,8
Passo d'Areia	21	1,2
Petrópolis	1	0,1
Praia de Belas	51	2,9
Restinga	22	1,3
Rio Branco	4	0,2
Rubem Berta	20	1,1
Santa Cecília	4	0,2
Santa Tereza	1	0,1
Santana	60	3,4
São Geraldo	5	0,3
São João	4	0,2
São José	4	0,2
Sarandi	5	0,3
Teresópolis	5	0,3
Tristeza	2	0,1
Vila Ipiranga	6	0,3
Vila Nova	10	0,6
TOTAL	1758	100

Fonte: Pesquisa Perfil e o Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016.

3.4.Estrutura da Realização do Trabalho de Campo

Constituiu-se uma coordenação do trabalho de campo que ficou sob a responsabilidade dos Profs. Melissa de Mattos Pimenta e Alexandre Silva Virginio. Foram formadas seis (6) equipes com 3 entrevistadores cada, um supervisor e sempre que necessário, o que ocorreu na grande maioria das situações, um facilitador. Os entrevistadores foram estudantes de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais, em Políticas Públicas e em Serviço Social, com poucas exceções de outros cursos. Foram contratados 24 (vinte e quatro) entrevistadores de campo.

O supervisor de campo ficou responsável pelo recebimento dos instrumentos de campo e por sua entrega, pelo cumprimento de metas e cobertura dos locais mapeados, pela decisão sobre quem deveria ser censado e quem deveria ser entrevistado, obedecendo critérios pré-definidos da amostra. Além disso, coube a ele a distribuição do valor monetário para refeições e passagens dos membros das equipes a cada ida à campo, bem como o registro dos turnos trabalhados por cada facilitador e entrevistador. Foram contratados 6 (seis) supervisores de campo.

Os facilitadores foram pessoas com grande inserção junto à população e que auxiliaram na abertura do campo para a pesquisa. Na maior parte, tratou-se de pessoas ligadas ao MNPR e ao Boca de Rua e ao atendimento à essa população. Trabalharam na pesquisa 6 (seis) pessoas assim inseridas. Somente um funcionário atuou como facilitador, sendo um profissional com longa experiência na área da intervenção à população adulta em situação de rua. Além de remuneração acordada, que se equiparou àquela dos estudantes que trabalharam na pesquisa, os facilitadores receberam diária de refeição e valor de duas passagens de transporte coletivo, da mesma forma que os entrevistadores e os supervisores.

Os percursos foram organizados em trajetos a serem seguidos, com base no conjunto de informações levantadas. Os deslocamentos das equipes foram realizados a pé, de ônibus e de automóvel, com o acompanhamento de um dos coordenadores de campo. Em alguns locais, a intermediação por parte dos facilitadores foi fundamental para a entrada das equipes nos territórios, especialmente aqueles controlados por facções criminosas ligadas ao tráfico de drogas. Com algumas exceções, as equipes de pesquisa não tiveram problemas para circularem pelo território e houve interesse e disposição da grande maioria dos entrevistados em fornecer as informações solicitadas. As recusas se deram especialmente por aqueles que estavam trabalhando, fazendo uso de drogas ou eram foragidos do sistema penitenciário e não desejavam ser identificados. Nesses casos, as pessoas sempre foram contadas, anotando-se o horário e o local do encontro, o sexo, a idade provável e a cor/raça da pessoa.

Entretanto, os relatos trazidos durante o processo de planejamento e também do trabalho de campo, pelos facilitadores, afirmavam um cenário bastante hostil na rua, difícil

para a realização da pesquisa. Os facilitadores alertavam constantemente os pesquisadores para os conflitos, perigos e violências na rua, ao que somavam a presença da Força Nacional no policiamento de Porto Alegre, no período do estudo, como fatores de possível hostilidade da população de rua com as equipes de pesquisa. Estes relatos contribuíram para um ambiente de grande receio, por parte dos estudantes, principalmente antes do início do trabalho de campo.

Durante este período, houve dois casos de em que as equipes retiraram-se do local a ser pesquisado, em razões de segurança: em uma vez, no Restaurante Popular, motivados pela presença de pessoas com desavenças sérias em relação ao facilitador que acompanhava a equipe de pesquisa; no outro caso, quando um dos pesquisados, após responder ao cadastro, realizou um furto na praça em que a equipe da pesquisa estava realizando suas atividades. Houve ainda duas situações de tensão ao longo do trabalho de campo: uma delas em relação a uma agressão sofrida por uma pessoa que havia recentemente respondido ao cadastro, que foi efetuada por outras pessoas em situação de rua presentes na mesma área e a outra situação adveio de rumores em torno de uma pessoa próxima ao local onde a equipe de pesquisa estava realizando suas atividades, que estaria com porte de arma branca. Embora ninguém tenha, efetivamente, visto tal objeto, os rumores em torno do fato alertaram a equipe de pesquisa, causando desconforto entre os estudantes.

4.Caracterizações Gerais da População Estudada

Neste capítulo estão dispostos os dados coletados junto à população adulta, no instrumento de cadastro. Importa salientar que, para efeito de comparação, se tomou os resultados das pesquisas de 2007-8 (UFRGS, 2008) e, oportunamente, também de 2011 (FASC, 2012). Esta comparação permite estabelecer semelhanças e diferenças no comportamento e nas características da população, as frequências e os graus de invariância e de mudança, os traços da evolução e tendências, mais ou menos estáticas, da população estudada. Em essência, tratou-se de situar no tempo e no espaço o significado dos termos que definem as condições de existência da população em situação de rua, bem como sua interação com as instituições e serviços públicos, bem como com suas expectativas e percepções sobre seu relacionamento com o conjunto da população de Porto Alegre.

Para fins de padronização da apresentação dos dados e de sua análise, considerou-se analiticamente, na pesquisa de 2016, apenas os dados considerados válidos. As informações que, por razões diversas (problemas na coleta das informações, decorrentes da situação de entrevistas, negação de respostas consideradas individualmente por questão, etc) eventualmente não puderam ser coletadas, serão consideradas “inválidos” e não entrarão no cálculo dos percentuais válidos de resposta. Algumas questões da amostra não foram aplicadas em todos os (as) entrevistados (as), pois estavam vinculadas a respostas de questões anteriores. Neste caso, foi informado o total de respostas para aquela questão, apresentando-se como o “N”.

4.1. Caracterização de gênero, cor/raça e demográfica

Da população em situação de rua cadastrada, 85,7% são do sexo masculino e 13,8% do sexo feminino. Na pesquisa de 2007-8 havia a expectativa de que a representatividades da população feminina, que na época representava 18,2%, viesse a crescer. Isto não só não se verificou como, também, evidenciou-se uma redução de quase um terço da mesma junto à população em situação de rua.

TABELA 04– Gênero

<i>Gênero</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Masculino	1502	85,7
Feminino	242	13,8
Outro	9	0,5

Inválidos	5	-
Total	1758	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016

À semelhança da pesquisa de 2007-8, mais da metade dessa população nasceu em Porto Alegre ou na região metropolitana (ambas somam, juntas, 59,1%). Destaque para o aumento do percentual de pessoas nascidas na capital do Estado. Já a participação da migração para Porto Alegre, de outros municípios (32%) e de outros estados (6,9%), manteve-se relativamente estável. Vejamos a tabela:

TABELA 05 – Local de nascimento dos entrevistados

<i>Locais</i>	<i>2007-8</i>		<i>2016</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Porto Alegre	503	41,8	804	49,3
Região Metropolitana de Porto Alegre	123	10,2	160	9,8
Interior do Estado	421	35,0	523	32,0
Outro estado	83	6,9	112	6,9
Outro país	7	0,6	23	1,4
NS/NR	66	5,5	9	0,6
Inválidos			127	-
Total	1203	100	1758	100

Fonte: Pesquisas Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007-8 e 2016.

Para aqueles que não nasceram em Porto Alegre foi perguntado onde nasceram. A resposta à questão onde morava antes de vir para a Capital atestou que muitos viveram (68,2%) por algum tempo em outras cidades, outros estados ou mesmo outro país.

TABELA 06 – Local de moradia antes de vir para Porto Alegre

<i>Locais</i>	<i>2007-8</i>		<i>2016</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Região Metropolitana de Porto Alegre	202	23,4	225	26,4
Interior do Estado	401	46,5	478	56,0
Outro estado	122	14,2	115	13,5
Outro país	12	1,4	16	1,8
NS	5	0,6	---	---
NR	120	13,9	20	2,3

Total	862	100	854	100
--------------	------------	------------	------------	------------

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007-8 e 2016 (N: 857).

Chama a atenção que 24,7% afirmaram estar morando em Porto Alegre no máximo há cinco anos, dentre os quais pouco mais da metade (12,5%) está morando há menos de um ano. Percentuais bem inferiores dos que disseram morar na Capital há mais de 20 anos (51,1%). Os dados estão indicando duas características: a existência de mobilidade territorial realizada principalmente na direção do interior do estado para capital e a consolidação da moradia em Porto Alegre entre grande parte da população adulta em situação de rua. A observação dos resultados das pesquisas de 2007-8 e de 2016 confirma esta perspectiva.

TABELA 07 –Tempo de moradia em Porto Alegre

<i>Tempo</i>	2007-8	2016
	%	%
Até um 01 ano	11,6	12,5
Entre 01 e um dia e 05 anos	10,6	12,2
Entre 05 e um dia e 10 anos	7,7	10,1
Entre 10 e um dia e 20 anos	10,7	14,1
Há mais de 20 anos	21,8	51,1
Desde que nasceu	28,3	---
Não lembra	0,5	---
NR	8,7	---
Total	100	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007-8 e 2016.

Verifica-se uma relativa concentração etária acima da faixa dos 35 anos. No estudo de 2007-8 entre 18 e 24 anos encontrou-se 19,7% da população e no intervalo dos 25 aos 34 foram 30%, totalizando quase 50% da população. Já os dados coletados em 2016 revelaram uma menor participação destes jovens na composição etária da população. A população entre 18 e 24 anos reduziu sua participação percentual em praticamente 50%. Em realidade, a população inserida nos intervalos entre 35 e 44 anos, 45 e 59 anos e de 60 anos ou mais tiveram um aumento percentual de participação alcançando, respectivamente, 29,1% , 25,3% e 7,0%. Em resultado, mais de 60% da população tem 35 anos ou mais (61,4%). Assim, os dados revelam que, em paralelo ao aumento demográfico da população, há um processo de envelhecimento da mesma.

TABELA 08 – Faixa etária dos entrevistados

<i>Faixa etária</i>	<i>2007-8</i>		<i>2016</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
De 18 a 24 anos	237	19,7	170	9,9
De 25 a 34 anos	361	30,0	495	28,7
De 35 a 44 anos	266	22,1	501	29,1
De 45 a 59 anos	263	21,9	435	25,3
60 anos ou mais	39	3,2	120	7,0
NS/NR	37	3,1	-	-
Inválidos			37	-
Total	1203	100	1758	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007-8 (N=1203) e Pesquisa Perfil e o Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016

Com relação ao tempo na rua, os dados das entrevistas por amostragem apontam que um quarto (25,3%) dessa população está há pelo menos um ano vivendo nessa situação. Em paralelo, a permanência na rua por mais de 5 anos para 47,8% dos entrevistados indica a demanda por políticas públicas que este grupo social. É importante ter em mente, entretanto, que as formas de registro e marcação do tempo, para a população em situação de rua, não necessariamente são as mesmas das pessoas que não estão na rua. A vivência do cotidiano e a memória dos eventos são condicionadas por rotinas diferentes, afetadas por outros fatores que não os de calendários formais, podendo consistir de simplificações e aproximações. Porém, o objetivo da pesquisa não é medir com exatidão o tempo de permanência na rua, mas ter uma ideia aproximada da realidade vivida, tal como é narrada e contada pelos entrevistados.

Uma das relevantes possibilidades desse estudo é a comparação entre variáveis previstas nas pesquisas anteriores. Comparando aos dados de 2016 com as pesquisas anteriores, vê-se uma tendência de cronicidade da situação de rua, com crescimento dos percentuais de tempo em faixas temporais de mais de 10 anos de rua. Na pesquisa de 2007-8, o percentual de pessoas com mais de 10 anos de rua era de 19,1%; este percentual representa, hoje, 29,2% da população investigada. Agregando os dados daqueles que estão há mais de 5 anos na rua, temos quase a metade da população (47,8%);

TABELA 09 – Tempo em que vivem em situação de rua, Porto Alegre – 2007, 2011 e 2016.

<i>Tempo em que está na rua</i>	2007-8	2011	2016
	%	%	%
Há menos de 1 ano	29,3	22,5	25,2
De 1 a 5 anos	28,3	29,7	27,1
De 5 a 10 anos	18,4	17,8	18,6
De 10 a 20 anos	14,1	16,2	19,3
Mais de 20 anos	5,6	10,0	9,9
NS/NR	4,3	3,8	---
Total	100	100	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em situação de Rua de Porto Alegre, 2007, 2011 e 2016.

Com relação à raça/cor dos cadastrados, no que se refere à raça/cor autoatribuída, temos o primeiro lugar para a categoria branca, que contou com 34,3% dos casos, seguida da categoria negra, que contou com 24,6% dos casos. Os autodeclarados “pardos” ficaram com 12,3%, e a categoria “moreno/a”, com 10,0% dos casos. Esta categoria, registre-se, confirma sua importante relevância para os entrevistados(as).

TABELA 10 – Raça/Cor do entrevistado(a)

<i>Raça/cor</i>	%
Branca	34,4
Negra / Preta	24,5
Parda	12,4
Amarela	0,7
Indígena	2,8
Outra	24,6
NR	0,6
Total	100

Fonte: Pesquisa Perfil e o Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016

Outras categorias apareceram em menores percentuais, conforme tabela abaixo:

TABELA 11 – Raça/Cor do entrevistado(a) (outra)

<i>Raça/cor (outra)</i>	<i>Auto-atribuída pelo entrevistado</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Moreno(a)	159	10,0
Sarará	47	2,9
Moreno(a) Claro(a)	26	1,6
Misto(a)	21	1,3
Bugre	20	1,2
Mulato(a)	18	1,1
Alemão	15	0,9
Cor da cuia	11	0,7
Mestiço	10	0,6
Moreno (jambo, pardo, sarará)	7	0,4
Marrom	6	0,4
Italiano	4	0,3
Brasileiro	4	0,3
Claro(a)	4	0,3
Escuro(a)	2	0,2
Gringo	2	0,2
Jambo	2	0,2
Vermelho	2	0,2
Rosado(a)	2	0,2
Escuro(a)	2	0,2
Café com leite	2	0,2
Azul	2	0,2
Todas as raças	2	0,2
Sarará com Bugre	1	0,05
Sarará Clara	1	0,05
Ariano	1	0,05
Coisado	1	0,05
De cor	1	0,05
Castanho escuro	1	0,05
Duas cores	1	0,05
Índigena, espanhol, português	1	0,05
Índio com cigano	1	0,05
Índio com polonês	1	0,05
Japonesa e italiana	1	0,05
Loiro	1	0,05
Mameluco	1	0,05
Muçulmano	1	0,05
Normal	1	0,05
Caboclo	1	0,05
Ser-humano	1	0,05
Sulafricana	1	0,05
Total	388	24,5

Fonte: Pesquisa Perfil e o Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016

4.2. Escolaridade e Religiosidade

Em 2007-8 a escolarização indicava que os analfabetos eram 16% desta população e 46,4% não havia chegado a concluir o Ensino Fundamental. Em 2016, 1% admitiu que nunca foi à escola. Apesar da redução do número de analfabetos (6%), este indicador, a despeito de estar abaixo da média nacional (8,3%), encontra-se acima da média da região sul do país que

é de 4,4% (Todos pela Educação, 2016), com também da taxa de analfabetismo municipal, verificada no último censo do IBGE (2010), que é de 2,3%. Em relação aos percentuais de participação no Ensino Médio, os números revelaram crescimento. Enquanto aqueles com Ensino Médio Incompleto representaram 9,7% da população, houve um acréscimo de quase 4 pontos percentuais em relação à 2007-8 para os que concluíram este nível da educação básica. Ingressar e/ou concluir o ensino superior continua sendo privilégio de poucos (2,4%), sendo que 0,8% o completou e um percentual mínimo (0,3%) chegou à pós-graduação.

TABELA 12 – Escolaridade do entrevistado(a)

Escolaridade	2007		2016	
	Freq	%	Freq	%
Analfabeto	192	16,0	96	6,0
Ensino Fundamental incompleto	558	46,4	917	57,4
Ensino Fundamental completo	161	13,4	205	12,8
Ensino Médio incompleto	105	8,7	155	9,7
Ensino Médio completo	72	6,0	158	9,9
Ensino Superior incompleto	23	1,9	26	1,6
Ensino Superior completo	8	0,7	12	0,8
Pós-graduação	---	---	5	0,3
Nunca foi à escola	---	---	16	1,0
Aprendeu sozinho / Ensino Especial	3	0,3	---	---
NS/NR	81	6,8	8	0,5
Inválidos			160	-
Total	1203	100	1758	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007-8 e 2016.

Em complemento à caracterização da identificação da população, perguntou-se para os entrevistados se eles possuíam alguma religião. À semelhança da população brasileira, a religião católica sustenta preponderância no credo da população investigada. Ela vem em primeiro lugar com 32,6% da preferência.

TABELA 13 – Religiosidade do entrevistado(a)

Tempo em anos	2016
	%
Católica Apostólica Romana	32,6
Evangélicas/Pentecostais	19,9
Umbanda/Batuque/Nação	6,5
Espírita	1,8
Sem religião/Agnóstico	30,1
Outra	3,3
NR	5,8
Total	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007-8 e 2016

Na sequência, aqueles que dizem não ter credo algum ganham destaque com 30,1% de indicações. As religiões evangélicas conseguem atrair 19,9% da inclinação religiosa desta população. As religiões ou cultos afros são importantes para 6,5% dos respondentes.

4.3. Pernoite

Considerando os locais em que geralmente dormem, a pesquisa de 2007-8 assinalou uma dispersão territorial significativa e o uso diversificado dos recursos oferecidos pela cidade. Também revelou uma relativa individualização na busca de soluções de necessidade cotidianas. Esta realidade, passados quase uma década, sofreu poucas alterações. Digno de nota é o fato de uma maior participação dos ambientes institucionalizados, com destaque para os albergues, como preferência de dormitório, ainda que mais da metade da população tenha a ‘rua’ como principal local para dormir. Isto fica mais evidente na comparação dos dados das duas tabelas a seguir.

TABELA 14 – Locais utilizados com mais frequência como dormitório, 2007-8 (1º e 2º lugar)

<i>Local</i>	<i>1º lugar</i>		<i>2º lugar</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Calçadas / Calçadão / Avenida / Rua	247	20,5	94	7,8
Praças / Parques	227	18,9	109	9,1
Albergue	227	18,9	81	6,7
Pontes / viadutos	128	10,6	63	5,2
Em abrigos	73	6,1	53	4,4
Na própria casa	54	4,5	18	1,5
Hotéis / Pensões	39	3,2	22	1,8
Na casa de amigos / parentes	37	3,1	33	2,7
Casas e prédios abandonados / mocós	32	2,7	19	1,6
Terminal de ônibus / Ponto de ônibus	16	1,3	4	0,3
Vários locais	9	0,7	2	0,2
Outros locais	40	3,3	35	3,0
Dorme sempre no 1º lugar	---	---	587	48,8
NR	74	6,2	83	6,9
Total	1203	100	1203	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007-8.

TABELA 15 – Locais utilizados com mais frequência como dormitório, 2016 (1º e 2º lugar)

<i>Local</i>	<i>1º lugar</i>		<i>2º lugar</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Albergue	381	23,7	110	10,3
Calçadas / Marquises / Abas / Rua	374	23,3	174	16,2
Praças / Parques	239	14,9	112	10,4
Pontes / viadutos	194	12,1	94	8,8
Hotéis / Pensões	66	4,1	38	3,5
Na própria casa	66	4,1	13	1,2
Em abrigos	65	4,0	41	3,8
Na casa de amigos / parentes	31	1,9	42	3,9
Casas e prédios abandonados / mocós	30	1,8	18	1,7
Outros locais	100	6,2	71	6,6
NR	64	3,9	361	33,6
Inválidos	148	-	-	-
Total	1758	100	1074	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016 (N: 1 lugar: 1758; N 2 lugar: 1074).

A opção por dormir em lugares institucionalizados variou pouco entre uma pesquisa e outra. Em 2007-8, os percentuais foram de 35,8% em primeiro lugar e 16,9% em segundo lugar. Naquela oportunidade a paragem era preferencialmente em albergues (18,9% e 6,7%), abrigos, hotéis ou pensões – em geral pagos pela prefeitura – (9,3% e 5,9%), casa própria ou de parentes e amigos (7,6% e 4,3%). Na atualidade, o uso dos espaços institucionalizados para pernoitar é a primeira opção para 38,8% dos entrevistados e segunda para 22,7%. Neste âmbito, os albergues foram objeto de maior procura pela população, tanto na primeira quanto na segunda opção (23,7% e 10,3%). Já a procura por abrigos, hotéis ou pensões, ou mesmo a própria casa ou de amigos, apresentou pouca oscilação no período. Neste conjunto, é provável que o pequeno incremento da participação dos albergues como dormitório da população possa ter relação com a também pequena diminuição do uso de abrigos, entre uma pesquisa e outra (6,1% em primeira opção e 4,4% como segunda opção, nos dados de 2007-8 e 4% em primeira opção e 3,8% como segunda opção, em 2016). O uso de albergues, frente ao uso de abrigos também aponta para o uso de serviços mais transitórios e pontuais, onde os sujeitos não necessariamente estão vinculados à rede mais ampla de assistência social.

Não obstante, mais da metade dessa população (52,1%) ainda dorme cotidianamente e prioritariamente em lugares de risco e improvisados e com forte exposição ao ambiente natural. Apesar de uma redução de cerca de 10% como primeira opção de local para dormir, é relevante o fato de que esses espaços aparecerem com maior frequência como segunda opção (cerca de 28,1%). Deste modo, conclui-se que, à semelhança com os resultados de 2007-8, 70% da população estudada pode ser caracterizada como “moradora de rua”. Os principais locais para dormir continuam sendo as ruas, marquises ou calçadas (23,3% e 16,2%), praças e parques (14,9% e 10,4%) embaixo de pontes e viadutos (12,1% e 8,8%). Os outros locais apontados, são muito diversificados, como prédios abandonados (mocós), rodoviária, garagens, locais diversos ou sem lugar fixo, etc.

4.4. Legalidade da vida pessoal

A posse de documentos formais, em uso em nossa sociedade, constitui-se em indicador de inclusão social. O que se percebe é que mais da metade dessa população informou possuir a maioria dos documentos corriqueiros da cidadania. Mesmo o título de eleitor (42,9%), em contexto de crescente desconfiança no sistema eleitoral e nos partidos, indicou um aumento de quase 7 pontos percentuais se se considerar os resultados da pesquisa de 2007-8. Os demais indicadores mostraram que mais de 60% afirmam possuir documentos importantes como Carteira de Identidade (65,4%), CPF (61,4%) e Certidão de nascimento

(61,3%). Estes percentuais sugerem ser resultado de maior sinergia entre interesse e disponibilidade de informação por parte desta população com o acesso aos serviços públicos que tratam dos registros de identidade. No entanto, mesmo que o acesso aos documentos formais esteja melhorando para esta população, ainda há um universo significativo da mesma alijada deste direito básico de cidadania. Isto é tão mais sintomático em relação à obtenção de benefícios sociais, notadamente a posse do cartão do SUS que pouco ultrapassa os 50% desta população. Indo além, nem 10% possui CNH, fato este que concorre para reduzir as possibilidades de inserção no mercado laboral.

TABELA 16 – Documentos que o entrevistado possui, 2007-8

<i>DOCUMENTOS</i>	%	%	%	%
Carteira de Identidade	50,0	44,1	5,9	100
CPF	41,3	53,0	5,7	100
Carteira de trabalho	36,1	57,9	6,0	100
Título de eleitor	37,0	56,9	6,1	100
Certidão de nascimento/casamento	53,1	40,6	6,2	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016

TABELA 17 – Documentos que o entrevistado possui, 2016

<i>Documentos</i>	<i>NS/NR</i>			
Carteira de Identidade	65,4	34,1	0,6	100
CPF	61,4	38,0	0,6	100
Título de eleitor	42,9	56,6	0,6	100
Certidão de nascimento	61,3	38,1	0,6	100
Certidão de casamento	9,2	90,1	0,8	100
CNH Social	9,1	90,3	0,6	100
Cartão SUS	51,6	47,8	0,6	100
Cadastro único (NIS/PIS/PASEP)	42,9	56,3	0,8	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016

5. O Mundo da População Adulta em Situação de Rua

5.1. Relações Familiares

As relações das pessoas em situação de rua com a família foram tema de um bloco de perguntas, compreendendo os contatos com familiares, outros parentes na rua, companheiro(a), filhos(as) e participação dos mesmos no sustento do grupo. Buscou-se, com isso, englobar os vínculos de aliança, consanguinidade e filiação, os quais não portam significados universais, mas, ao contrário, são investidos de sentidos e valores de acordo com os contextos sociais, culturais, históricos, jurídicos, econômicos, políticos, religiosos em que se apresentam. Impossível, portanto, face à dinâmica e enorme heterogeneidade da sociedade brasileira, tomar como parâmetro de referência modelos alheios ao segmento social e contexto em questão, como é o caso dos modelos tradicionais de camadas médias da sociedade - a família nuclear moderna – ou os modelos tradicionais da elite, baseados na linhagem, no orgulho do sobrenome, no espírito corporativista.

Dentre os grupos populares brasileiros, percebem-se características distintas nos padrões familiares, como redes de ajuda mútua, criadas nas rotinas cotidianas, escassez de casamentos formais, frequência de lares sem marido/pai fixo, altas taxas de instabilidade conjugal e de circulação de crianças (FONSECA, 1986). Mas mesmo dentre esses grupos populares pode-se constatar formas de organização e sistemas familiares diversificados, com valores, práticas e dinâmicas particulares, reproduzidos e transformados de maneira dinâmica em interação com outras instituições sociais, como o estado, a igreja, a justiça, a polícia, a educação, etc. Uma armadilha comum para quem se prende a modelos prévios e extrínsecos ao grupo concreto em questão é encarar essas diferenças como desestruturação, degeneração ou patologia, sem levar em conta o contexto histórico e socioeconômico em que se insere, integrado à estrutura e à lógica motriz do sistema cultural que lhes caracteriza. A família em geral ou, em particular, alguns de seus membros (pais, pai/mãe) acabam, assim, sendo isolados desse contexto maior a que pertencem e são identificados como os responsáveis maiores pela vulnerabilidade dos indivíduos. A diminuição do tempo de contato e/ou convivência com familiares, verificada entre a pesquisa de 2007-8 e a de 2016, pode ser requerida para atestar esta compreensão.

A seguir, nos ateremos às respostas das perguntas do questionário.

5.1.1. Contato com familiares que não estejam em situação de rua

Para a análise dos dados recolhidos sobre a relação das pessoas em situação de rua com seus familiares, tomemos como ponto de partida uma das questões formuladas aos entrevistados:

TABELA 18 – Contato com familiares que não estão ou não vivem nas ruas

<i>Frequência</i>	2007-8		2016	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Todas os dias / noites	32	8,4	8	1,9
Às vezes ou de vez em quando, na semana	54	14,1	64	15,1
Nos finais de semana	20	5,2	---	---
Às vezes ou de vez em quando, no mês	59	15,4	82	19,3
De um mês a um ano	67	17,5	85	20,0
Não tem contato há mais de 01 ano	48	12,6	20	4,7
Não tem contato há mais de 05 anos	23	6,0	8	1,9
Não tem contato há mais de 10 anos	17	4,5	---	---
Perdeu contato/nunca	54	14,1	157	37,0
NS	2	0,5	---	---
NR	6	1,6	---	---
Inválidos			43	-
Total	382	100	467	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007 e 2016.

A tabela acima mostra a frequência às alternativas fornecidas pelo entrevistador à pergunta sobre os intervalos de tempo com que o entrevistado mantém contatos com os familiares que não vivem nas ruas. Para efeito de comparação, expõe-se os resultados de 2007-8 e de 2016.

Se em 2007-8 apenas 8,4 % da amostragem afirmavam contatar a família diariamente, em 2016 este percentual (1,9%) mostrou-se mínimo. Há quase 10 anos atrás, 15,4 % declaram vê-la mensalmente e 19,3 %, semanalmente ou de vez em quando. Na atualidade, a frequência de 19,3% indica que os encontros mensais com as famílias envolve um número mais expressivo da população. A raridade do contato no intervalo de um ano reduziu para 4,7% da população, o que significou uma queda de dois terços em relação à pesquisa anterior. No extremo, configurando o que pode ser considerado como uma ruptura efetiva nos laços familiares, quase ¼ dessa população (24,5 %) afirmava, em 2007, ter perdido o contato com

parentes há mais de cinco anos. Isto se tornou mais sintomático para 39,9% em 2016, o que revela um aumento substantivo do número daqueles que praticamente perderam contato com seus familiares.

Considerando que, como veremos adiante, os conflitos parentais e afetivos apareceram como motivo atribuído por um quarto dos informantes para o ingresso em situação de rua, podemos reforçar a hipótese de que o afrouxamento dos vínculos familiares é elemento essencial para a compreensão de seu processo de desfiliação, conforme o entende Robert Castel (1995): um individualismo “negativo” ou “de massa”, ligado a profundas transformações sociais, e que contrasta com o individualismo “positivo”, promotor das potencialidades do sujeito, na medida em que se distingue deste pela carência de vínculos e pela ausência de suportes em meio à sociedade concorrencial. Este individualismo é negativo porque marcado pela falta, seja de consideração, seguridade, de bens garantidos ou mesmo de vínculos estáveis. Em resultado, temos o indivíduo ‘individualizado’ e exposto a um mundo sem referências, de inseguranças e precariedades, sem suportes em relação ao trabalho, ao capital familiar, à possibilidades de construir um futuro (CASTEL, 1998). Não obstante, como teremos oportunidade de expor, houve um crescimento do percentual desta população que passa a maior parte do tempo na companhia de amigos ou companheiros de rua. Isto pode significar uma substituição dos laços familiares por outros orientados pela proximidade e/ou partilha de situações similares. Pode-se inferir que a segurança moral, afetiva e, até mesmo, econômica, que em geral associamos à família (Souza, 2009), transferiu-se para relações sociais que prescindem dos laços consanguíneos.

Na sequência desta pergunta sobre a frequência dos contatos com a família foi formulada outra, de caráter aberto, sobre os motivos para a perda ou dificuldade de contatos familiares. Na atual pesquisa procurou-se, novamente, verificar a congruência e frequência das respostas em relação aos dados de 2007-8. Salienta-se que dentre os motivos mais citados, encontram-se principalmente fatores relacionais e subjetivos, mas também fatores mais objetivos, e isto em ambas as pesquisas. A diferença fica por conta da redução das dificuldades mais objetivas e o crescimento das dificuldades decorrentes dos relacionamentos com as famílias.

Dentre estes fatores objetivos, podemos incluir as dificuldades no deslocamento devido principalmente ao transporte ou à distância da casa da família, condições desfavoráveis ou perda da moradia e ainda disponibilidade de tempo devido ao trabalho. Em 2007-8 esta dimensão era referida por 34,1% dos entrevistados. Já em 2016 este percentual diminuiu para 26,7%. Em contrapartida as tensões familiares podem ter aumentado, pelo

menos é isto o que sugere a elevação do percentual de 24,3% para 29% para a esfera dos relacionamentos.

É importante lembrar que, em 2007-8, pouco mais de 50% da população cadastrada não nasceu na capital ou na região metropolitana. Na oportunidade, destacou-se a possível distância geográfica como um fator a considerar na explicação para a perda de vínculos familiares. Este percentual, em 2016, reduziu. Hoje, a maior parte da população é natural da capital ou de cidades próximas.

De outra parte, fatores subjetivos e relacionais indicados pelos informantes mostraram-se mais recorrentes e significativos nas duas pesquisas. Mais do que isto, na pesquisa atual os indicadores revelaram uma elevação nos percentuais que envolvem problemas de relacionamento, violência ou drogas: em 2007-8 quase um quarto da população ouvida (24,3%) declarou ter problemas de relacionamento com sua família, sem gostar ou querer visitá-la e, por isso, manifestava a preferência por manter-se na rua. Este percentual, em 2016, foi de 29,0%. Na mesma direção, acrescentou-se a violência e o alcoolismo na família como fatores que dificultam o contato. Em 2016, 7,2% dos respondentes indicaram este como um fator relevante, dois pontos percentuais a mais do que em 2007-8. Não obstante, digno de nota é o fato de que 12,1% responderam não ter problema em visitar e/ou contatar a família, o que denuncia um crescimento deste percentual na última década. Concomitantemente, os percentuais relacionados à autoestima e à vergonha por sua condição diante da família apresentou uma pequena redução, passando de 7,6% em 2007-8, para 6,3% em 2016.

TABELA 19 – Maiores dificuldades de visitar/encontrar a família

<i>Dificuldades</i>	<i>2007-8</i>		<i>2016</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Dificuldades com transporte, distância, tempo, condições desfavoráveis da moradia	130	34,1	115	26,7
Problemas de relacionamento com a família, não quer visitá-la, prefere não ter contato, gosta da rua	93	24,3	125	29,0
Não sabe onde está sua família/perdeu contato/ se criou na rua	40	10,5	31	7,2
Nenhuma	35	9,2	52	12,1
Fatores relacionados à auto estima, vergonha, insegurança, não querer incomodar, só depois que se restabelecer	29	7,6	27	6,3
Violência, maus tratos, ameaças e alcoolismo na família	20	5,2	31	7,2
Jurado de morte/ameaçado			10	2,3
Uso de drogas/bebida	10	2,6	10	2,3
Outros: saúde, religião, violência no local de moradia da família	5	1,3	30	6,9

Família não aceita por causa do HIV, preconceito	3	0,8	---	---
NR	17	4,4	---	---
Inválidos			33	
Total	382	100	467	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007 e 2016.

Em suma, os dados recentes reiteram o fato de que a grande maioria desta população encontram dificuldades, tanto objetivas, quanto subjetivas, de aproximação e/ou de manter contatos mais sistemáticos e próximos com seus familiares. Mais precisamente, este percentual, em 2016, chegou à 87,9%. Em 2007-8 este percentual foi de 86,4%.

Esses dados podem ser vistos na tabela acima, na qual foram agrupadas as respostas por nexos temático:

5.1.2. Outro familiar em situação de rua:

Foi perguntado também sobre a existência ou não de outros membros da família vivendo em situação de rua. As respostas afirmativas alcançaram quase um quarto da totalidade, e as negativas, praticamente três quartos, como se verifica pela tabela abaixo. Note-se que em 2016 o percentual de familiares em situação de rua representou uma queda de 5%.

TABELA 20 – Tem familiares que vivem/moram ou estão na rua

<i>Familiar na rua</i>	<i>2007-8</i>		<i>2016</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	95	24,9	89	19,9
Não	287	75,1	358	80,1
Inválidos			20	-
Total	382	100	467	100

Fonte: Censo das crianças e adolescentes em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007 e 2016

Em adendo, procurou-se saber quem os entrevistados consideravam como membros de sua família. Chama atenção que para 74,7% dos entrevistados a imagem da mãe mostra-se inquestionável quando a questão se trata de composição familiar e, em menor grau os irmãos (72,0%) e os filhos (64,5%). Já a figura do pai não recebe tanto reconhecimento. O percentual de inclusão do pai como membro da família, 54,8%, indica que quase a metade da população

tem dificuldades de reconhecer a figura paterna como membro da família. O companheiro(a) é considerado(a) como da família para pouco mais de 40% dos respondentes. O percentual eleva-se quando se toma os sobrinhos e os primos como membros da família. Eles foram lembrados, respectivamente, como componentes da mesma para 63,1% e 56,1% dos respondentes. Não obstante, e fora dos vínculos consanguíneos, os amigos e os animais sugerem ser, para quase a metade da população, membros tão próximos quanto aqueles da família original. Não seria incorreto, ademais, que os relacionamentos construídos na rua substituem, em alguma medida, o convívio familiar.

TABELA 21 – São considerados como membros da família

<i>Familiares</i>	<i>Sim</i>		<i>Não</i>		<i>Inválidos</i>	<i>Total</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Mãe	325	74,7	110	25,3	32	467	100
Pai	236	54,8	195	45,2	36	467	100
Companheiro(a)	168	40,1	251	59,9	48	467	100
Filhos	272	64,5	150	35,5	45	467	100
Irmãos	321	72,0	125	28,0	21	467	100
Primos	250	56,1	196	43,9	21	467	100
Sobrinhos	279	63,1	163	36,9	25	467	100
Amigos	223	49,9	224	50,1	20	467	100
Animais	207	47,0	233	53,0	27	467	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016

5.1.3. Relações conjugais e presença de filhos

Perguntou-se, também, sobre a existência de companheiro(a) em suas relações afetivas. Na atualidade, aqueles que disseram ter companheiro(a) fixo(a) representam 22,4%, menos de 5 pontos percentuais em relação à pesquisa de 2007-8. O número daqueles que já tiveram companheiro(a) no passado compõe 62,2% da amostra. Se este percentual representa uma queda percentual em relação à 2007-8, o mesmo não pode ser dito sobre aqueles que nunca tiveram companheiro(a). Revelou-se um incremento no percentual daqueles que asseguram que nunca tiveram companheiro(a) fixo(a). O que não chegava à 3,0% em 2007-8, agora são 15,4% os que alegam esta situação. Este percentual, somado aqueles dos que não apresentam relações conjugais na atualidade, indica que 77,6% vive só, pelo menos no que respeita aos vínculos conjugais. Este percentual foi de 68,6% na pesquisa de 2007-8. Este fato indica uma maior dificuldade em estabelecer e manter relações de casal.

Em acréscimo, cumpre assinalar que 59,5% do total de mulheres assume ter companheiro(a) fixo(a) na atualidade. Do total de homens, somente 15,0% encontra-se nesta condição. Este percentual foi, em 2007-8, de 2,9%. Isto pode indicar um crescimento das dificuldades desta população em construir laços afetivos mais substantivos. Nas tabelas a seguir a apresentação dos dados na sua totalidade.

TABELA 22 – Tem ou teve companheiro(a) fixo(a)

<i>Situação</i>	2007-8		2016	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim, tem	105	27,5	103	22,4
Não, mas já teve	262	68,6	286	62,2
Nunca teve	11	2,9	71	15,4
NR	4	1,0	---	---
Inválidos			7	-
Total	382	100	467	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007 e 2016.

TABELA 23 – Relação com companheiro(a) fixo.

<i>Gênero</i>	<i>Tem atualmente</i>		<i>Já teve no passado</i>		<i>Nunca teve</i>		<i>Total</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Masculino	56	15,0	254	67,9	64	17,1	374	100
Feminino	47	59,5	27	34,2	5	6,3	79	100
Outro	1	16,7	4	66,6	1	16,7	6	100
Inválidos							8	-
Total	104	22,8	285	62,0	70	15,2	467	100

Fonte: Pesquisa Perfil e o Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016.

5.1.4. Número de filhos e cuidado com os filhos:

No que se refere à existência de prole, em 2007-8, 29,1% afirmaram não ter filhos, enquanto 70,2% declararam tê-los. Em 2016 esta relação alterou-se em favor daqueles que manifestaram ter filhos. Eles são hoje 75,9% da população, contra 24,1% que sustentaram não ter filhos. Destes, apenas 27,3% nasceram quando o respondente se encontrava em situação de rua.

TABELA 24 – Tem filhos

<i>Filhos</i>	<i>%</i>	<i>%</i>
Sim	70,2	75,9

Não	29,1	24,1
NR	0,8	---
Total	100	100
Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016		

Dentre a totalidade da população cadastrada na atual pesquisa, 85,7% é composta por homens e 13,8 % por mulheres. A amostragem, no entanto, abarcou 18,1% das entrevistas com mulheres e 80,6 %, com homens. Cerca de três quartos (75,5%) asseguram ter filhos. Dentre estes, aliás, 79,7% são homens. As mulheres declararam ter filhos em 83,1% dos casos, enquanto que para os homens este percentual foi de 74,7%. Esta situação não é distinta da encontrada ao final da década passada. Em 2007-8, a maioria da população estudada, portanto 70,2%, declarou tê-los, com uma incidência maior entre as mulheres (81,6%) do que entre os homens (65,9%).

Entre os que têm descendência, prevalece a incidência de dois a três filhos (38,9%), seguida de 1 filho (34,2 %), 4 a 5 filhos (17,1%) e mais de cinco filhos (9,8 %), bastante semelhante à média da sociedade brasileira. Comparando com a pesquisa precedente, verifica-se uma diminuição de quase 10 pontos percentuais naqueles que dizem ter dois ou três filhos. Em contrapartida, aumentou, na ordem de 5%, o percentual daqueles que afirmam ter entre quatro e cinco filhos. Semelhante tendência pode-se perceber nos pais ou mães de um único filho. Para 28,7% em 2007-8, encontramos 34,2% de pessoas nesta condição em 2016. Para um universo de 70 mulheres que responderam a questão se já haviam realizado aborto, 39,2% responderam afirmativamente. Ademais, a prática usual para evitar gravidez e/ou doenças sexualmente transmissíveis é a camisinha para 61,8% da população. Preocupante é o fato de que 21,8% diz que não toma cuidado. Uma pequena parte dos entrevistados (7,6%) afirma que não tem relações sexuais.

TABELA 25 – Quantidade de filhos

<i>Quantidade</i>	2007-8		2016	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Um filho	77	28,7	102	34,2
Dois ou três filhos	127	47,4	116	38,9
Quatro ou cinco filhos	31	11,6	51	17,1
Seis ou sete filhos	17	6,3	19	6,4
Oito filhos ou mais	14	5,2	10	3,4
NR	2	0,7	---	---

Total	268	100	298	100
--------------	------------	------------	------------	------------

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007-8 (N: 268) e 2016 (N:298).

Em 2007-8, a menoridade das crianças era substantiva, na ordem de 82,5% e que ficavam, geralmente, sob a responsabilidade da mãe (47,1% das incidências) ou dos avós (19,9%). Naquela oportunidade, recorrer a outros parentes ou conhecidos (10,4%) aparecia como terceira alternativa para deixar o(s) filho(s), antes mesmo dos 3,2% dos casos em que ele(s) ficava(m) com o pai. Em 2016, este contexto já não é o mesmo. O número de filhos menor de idade reduziu bastante seu percentual chegando à 62,7%. O filho fica sob a responsabilidade da mãe segundo 60,3% dos informantes. Tal fato pode ser explicado pela redução da participação dos avós no cuidado com as crianças, talvez devido aos conflitos familiares. Poucos são os casos (5,3%) em que os filhos estão sob a guarda de instituições.

5.1.5. Contribuição dos filhos para sobrevivência:

Para quem declarou ter filhos menores, perguntou-se se estes ajudam na sobrevivência. Esta pergunta já havia sido direcionada à população por ocasião da pesquisa de 2007-8. Percebe-se que, em 2016, reduziu-se a quase a metade o percentual de crianças que ajudam os pais na sobrevivência. Em grande parte isto pode ser explicado pelo expressivo crescimento do percentual de pessoas (34,2%) que recebem o bolsa família, considerando, em paralelo, que mais de 60% dos filhos menores estão sob os cuidados das mães.

5.2. Cotidiano

A luz lançada sobre a importância do estudo do cotidiano veio mostrar que para além dos grandes eventos e dos personagens ilustres, e, indissociável das dimensões macroscópicas da infra e da supraestrutura da sociedade, o modo de vida das populações de rua ficou por muito tempo excluído de análises históricas e sociais. Com o intuito de conhecer melhor as práticas diárias das pessoas estudadas, procurou-se saber quais suas redes sociais e as formas de uso do espaço quando estão na rua, assim como as estratégias que acionam para responder às necessidades corporais básicas de alimentação, higiene e excreção.

5.2.1. Com quem passa a maior parte do tempo na rua:

Como foi apontado anteriormente, constatou-se que metade da amostra considera os amigos como membros de sua família. Este dado encontra correspondência no fato de que 44,1% passa a maior parte do dia com os mesmos. No estudo de 2007-8, mais de 40% passava seu dia sozinho. Agora, em 2016, são 32,6% aqueles que não identificam companhia cotidiana, sinal de rompimento com laços sociais (família, comunidade, outras instituições e sociedade em geral). Isto sugere que estar junto, estar ou andar em grupo ganhou crescente importância para esta população.

TABELA 26 – Com quem passam a maior parte do tempo na rua

	2007-8		2016	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Companheiro(a)	47	12,3	60	13,2
Companheiro(a)/Filhos	17	4,5	11	2,4
Companheiros de rua / amigos	114	29,8	200	44,1
Irmãos / companheiros de rua / amigos	25	6,5	---	---
Pais / irmãos	2	0,5	5	1,1
Parentes (tios, avós, primos)	2	0,5	16	3,6
Sozinho/ com Deus	164	42,9	148	32,6
Animal	3	0,8	7	1,5
Não sai muito do abrigo	2	0,5	---	---
Colega de trabalho	1	0,3	---	---
Outro	---	---	7	1,5
NR	5	1,3	---	---
Inválidos			13	-
Total	382	100	467	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007e 2016.

As razões podem ser buscadas na necessidade de sociabilidade, de trabalho, de segurança ou construção de laços afetivos. A resposta dada pelos que responderam ao questionário sobre com quem passam a maior parte do tempo na rua revelou que a maioria (44,1%) sustenta estar com parceiros de rua, colegas de trabalho e amigos em geral. Com companheiro(a), filhos ou parentes em geral, são somente 20,3% que compartilham o dia a dia com algum membro da família. Embora 22,4% tenham afirmado ter companheiro(a) fixo(a) atualmente, conforme vimos mais acima, apenas 13,2% dos entrevistados apontaram o cônjuge como principal companhia quando estão na rua, percentual que se eleva para 15,6% se considerada também a presença de filho(a)(s).

5.2.2. Onde passa a maior parte do tempo acordado:

Dentre os equipamentos ou instituições destinados a acolher a população em situação de rua, a maioria são de uso noturno e destinados ao pernoite. Assim, ao se analisar onde passam a maior parte do tempo quando estão acordados, os equipamentos institucionais foram apontados, em 2016, no conjunto, por apenas 9,5% dos entrevistados, como primeira opção. Mais especificamente, só 0,3% fizeram referência aos abrigos, 6,3% aos centros POP, 1,2% o CAPS AD, 0,1 os CREAS/CRAS e 1,6% a EPA. Saliente-se que esses equipamentos são espaços de acolhida e não de trabalho remunerado, o que contrasta com a resposta de 17,8% dos entrevistados que disseram trabalhar, pedir nas esquinas ou atividades afins, priorizando a atividade exercida em detrimento do local onde a exercem – o que indica também o caráter informal e itinerante dessas atividades. Note-se que o percentual dos que disseram ocupar seu tempo diurno com trabalho e afins cresceu quase 100% na última década. Ao mesmo tempo, as praças, parques e viadutos se constituem em primeira opção para 17,3% da população. Como a tabela referente aos dados de 2007-8 não deixa dúvidas, estes eram os locais preferidos para o passar das horas durante o dia. Pode-se inferir que ocorre uma mudança de comportamento na população, visto que a mesma passa a ocupar com menos frequência tais locais e passam a dispor de seu tempo sob as marquises, perambulando, nas calçadas ou sinaleiras (34,2%) ou mesmo trabalhando ou procurando emprego.

Em síntese, são locais públicos, em geral de grande circulação de pessoas, os preferidos para passar o tempo em que estão acordados. Os equipamentos públicos, seja na pesquisa de 2007-8, seja por agora, pouco incidem nas escolhas dos locais e sobre o uso do tempo por onde transitam a população quando esta não está dormindo, o que pode contribuir para a grande visibilidade deste público na cidade de Porto Alegre.

A maioria desses locais de grande circulação de pessoas permite desenvolver estratégias de sobrevivência e alguns deles ainda possibilitam conciliar essas atividades com repouso, atividades domésticas, convívio entre pares, etc. Diversamente do que ocorre com os cidadãos domiciliados, grande parte da população estudada está constrangida a não manter uma fronteira clara entre o tempo do ócio e do trabalho, o espaço público e o privado. Muitos outros locais foram apontados com baixa incidência mas que representam alternativas individuais importantes.

TABELA 27 – Lugares em que passam o tempo quando estão acordados (1º, 2º lugar)

<i>Lugares em que passa bastante tempo</i>	2007/ 1º lugar	2007 2º lugar	2016/ 1º lugar	2016/2º lugar
	%	%	%	%
Praças / Parques / Pontes / Viadutos	38,8	17,8	17,3	12,5
Trabalho / Procurando trabalho/esquina	9,5	1,83	17,8	---
Pelas ruas/perambulando/calçados/marquises	24,7	18,8	33,2	19,1
Sinaleira			1,0	1,2
Casas de convivência / Abrigos	9,8	5,7	0,3	1,3
Beira do rio / Gasômetro	4,1	5,2	0,1	0,5
Ponto do ônibus / Terminal de ônibus/Rodoviária	2,1	0,8	0,7	2,0
Em frente a comércio	3,1	2,1	1,6	1,1
Centro POP			6,3	4,4
CAPS AD			1,2	0,8
EPA			1,6	0,6
CREAS/CRAS			0,1	
Ceasa / Mercado Público	1,6			
Biblioteca / Casa de Cultura	0,6	1,0	0,6	
Vila / Em casa	1,0	0,3	0,7	
Outros	4,7	3,9	7,1	20,5
NR	1,0		10,4	36,0
Só a opção 1		40,1		
Total	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007e 2016

5.2.3. Locais de banho, higienização e necessidades fisiológicas:

Menos da metade da população estudada (40,1%) afirma fazer a suas necessidades íntimas em instituições assistenciais previstas especialmente para a sua acolhida, sejam albergues, abrigos, Centro Pop ou Caps. Banheiros e chuveiros públicos previstos para essas finalidades, sem serem destinados exclusivamente para esse segmento da população, constituem a segunda resposta mais assinalada (22,5 %). Logradouros como praças, parques, calçadas e ruas, assim como rios, córregos e arroios - ou seja, locais não previstos para esse fim - correspondem à terceira alternativa mais citada para o higienização ou satisfação das necessidades, com 15,0 % das respostas. Como quarta alternativa mais citada, com um total de 12,0 % de frequência, aparecem espaços privativos, como a própria casa e hotel (7,4 % daquele total) ou então a casa de amigos, parentes ou conhecidos (4,6 % sobre aquela soma). Com certa relevância, aparecem ainda espaços de grande circulação pública (postos de gasolina, bares, hospitais, rodoviária com 5,4% % de respostas). Outros locais representam 1,3 %. Seis pessoas (1,1 %) afirmaram ainda jamais se banhar. A tabela a seguir dá conta dessas informações:

TABELA 28– Locais onde costumam fazer as necessidades fisiológicas (urinar/defecar) e tomar banho/se lavar

<i>Locais</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Albergue	79	17,3
Abrigos	25	5,5
Centro POP/CAPS	79	17,3
Banheiro público	103	22,5
Lugares públicos (ruas, praças, calçadas)	62	13,5
Rio/Córrego/Arroios	7	1,5
Estabelecimento comercial	25	5,4
Casa (onde moro)/hotel/Pensão	34	7,4
Casa de amigos/conhecidos/parentes	21	4,6
EPA	11	2,4
Não toma banho	5	1,1
Outro	6	1,3
Inválidos	10	-
Total	467	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016.

5.3. Relações com Instituições:

Neste quesito situamos, simultaneamente, aspectos relativos ao cotidiano relativo às relações das pessoas em situação de rua com certas instituições. Especificamente, trataremos de seus locais de alimentação e serviços/equipamentos de uso frequente, assim como dos motivos em recusá-los, dentre aqueles que não se servem deles.

5.3.1. Locais de alimentação:

Esta transversalidade entre os âmbitos cotidianos e institucionais fica evidente no que concerne aos locais de alimentação, onde pouco mais da metade das respostas aponta para equipamentos específicos de distribuição alimentar, enquanto que uma parte menor remete para estratégias espontâneas, as quais dependem de uma rede de conhecimentos e informações sobre formas de sobrevivência na rua, dentre outras opções que veremos a seguir. Saliente-se que, em comparação com a pesquisa de 2007-8, houve um aumento da procura pelo restaurante popular cuja frequência, que foi 13,1% naquele estudo, alcança 22,0% em 2016. Inversamente, o percentual de população que depende do resultado do que ganham das pessoas diminuiu. No intervalo entre uma pesquisa e outra este índice diminuiu dez pontos percentuais. Isto pode sinalizar, ademais, uma diminuição da solidariedade espontânea para como esta população.

TABELA 29 – Principais locais onde conseguem comida quando estão na rua

<i>Locais</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Igreja/Instituição religiosa	32	7,7
Abrigo/Albergue	60	14,5
Restaurante popular	91	22,0
Compra com seu próprio dinheiro	60	14,5
Na rua, quando ganha das pessoas	103	24,9
Programas assistenciais (Sopão, ONGs)	26	6,2
Centro POP	17	4,1
EPA	6	1,5
Na rua em troca de trabalho	7	1,7
Outro	12	2,9
Inválidos	53	-
Total	467	100

Os dados coletados na atualidade indicam que 52% dos informantes recorrem a alguma organização pública ou particular, leiga ou religiosa, destinada para a distribuição de comida junto a pessoas necessitadas. Em seguida, com 24,9% de incidência, é mencionada a comida que ganham das pessoas (pedido em residências, estabelecimentos comerciais ou cozinhas) como recurso principal para saciar a fome. O percentual de 16,2 % das respostas indica a compra de alimentos com seus próprios recursos e/ou em troca de trabalho. Doze pessoas (2,9 %) apresentaram outras formas de obter comida.

5.3.2. Serviços de uso mais frequentes

Alguns dos dados acima, relativos às principais fontes de alimentação, reaparecem com maior precisão nesse item, que especifica os serviços de uso mais frequentes da população em situação de rua. De pronto pode-se perceber um ligeiro crescimento no uso dos serviços, caso consideremos os dados coletados em 2007-8. É o caso do Restaurante Popular, que atendia 46,9 % do universo em questão e que os dados atuais apontam para 48,8%, ainda que mais da metade, 51,2%, afirme não frequentá-lo. Outro local de distribuição de comida é o Sopão Ramiro d'Ávila, usado por 30,4 % dos entrevistados na pesquisa anterior e agora por 39,8%, embora 60,2% siga não fazendo uso dessa entidade tradicional da cidade. Centros religiosos que prestam assistência à população em situação de rua, como igrejas, centros espíritas e/ou terreiros, são buscados por 48,9% contra 42,7% dos informantes em 2007, além do que, 51,1% do total disse não recorrer a seus préstimos na atualidade. Em consequência, nota-se um crescimento da importância destes estabelecimentos, especialmente no que eles representam para o acesso à alimentação por parte da população em situação de rua; não obstante, esses diversos conjuntos de serviços permanecem como não sendo acessados pela maioria da população adulta em situação de rua.

A tendência à intensificação dos serviços também se verifica dentre os equipamentos de pernoite disponíveis à população, mantendo-se o padrão preferencial da maior parte da população que não os utiliza. Enquanto que, em 2007-8, 39,3 %, da amostragem afirmava frequentar albergues, este percentual chega a 49,0% em 2016. Entretanto, quando solicitados sobre o local onde dormem com mais frequência, apenas 23,3% apontaram os albergues, mesmo que este número seja superior aquele revelado pela pesquisa anterior, qual seja, 18,9%. Inversamente, os abrigos registraram uma queda em sua procura e utilização. No

passado recente, 32,2 % dizia servir-se de abrigos e agora somente 28,8% assume isto. Em acréscimo, enquanto que no final da década passada 6,1 % indicavam os abrigos como primeira alternativa este percentual, na atualidade, corresponde somente à 4,0% dos entrevistados.

De outra parte, 51% dos que responderam ao questionário falaram que não vão a albergues e 71,2% que nunca vão a abrigos, de acordo com os motivos apresentados mais abaixo. Em 2007-8 estes percentuais eram, respectivamente, 56,8 % e 64,1%, corroborando uma propensão por maior utilização dos albergues e uma menor procura ou restrição de vagas nos abrigos. Esses dados apontam para uma ênfase no acesso à serviços de ocupação bastante transitória e que não trabalham com a necessidade de vinculação a redes maiores de assistência social e onde não há a conformação de planos de atendimento a médio ou longo prazo.

De fato, através do cadastro, soube-se que as moradias improvisadas em logradouros da cidade seguem sendo os mais recorrentes para o pernoite, ultrapassando a metade das frequências e representando 52,1% da totalidade do universo cadastrado. Cabe lembrar, no entanto, que o uso destes espaços manteve-se relativamente estável, tendo sido recorrente para 55% desta população na pesquisa de 2007-8.

Dentre os serviços/locais de uso diurno, o Centro POP é buscado com frequência por 43,8% dos entrevistados, enquanto 56,2% não fazem uso deste serviço. As tabelas a seguir explicitam melhor esta realidade.

TABELA 30 – Serviços usados com mais frequência, 2007-8.

<i>Serviços</i>	<i>Sim</i>		<i>Não</i>		<i>NR</i>		<i>Total</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Igreja / Terreiro / Centro Espírita	163	42,7	205	53,7	14	3,7	382	100
Abrigos	123	32,2	245	64,1	14	3,7	382	100
Albergues	150	39,3	217	56,8	15	3,9	382	100
Casa de Convivência	181	47,4	184	48,2	17	4,5	382	100
Restaurante Popular	179	46,9	188	49,2	15	3,9	382	100
Sopão da Getúlio (Ramiro D'Ávila)	116	30,4	252	66,0	14	3,7	382	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007-8.

5.3.3. Principais motivos para não usar albergues/abrigos com frequência:

Dentre os que disseram não usar albergues ou abrigos com frequência justificaram por respostas não direcionadas, mas que puderam ser agrupadas nos motivos apresentados na tabela mais abaixo:

TABELA 31 – Serviços usados com mais frequência, 2016

<i>Serviços</i>	<i>Sim</i>		<i>Não</i>		<i>Inválidos</i>		<i>Total</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Igreja / Terreiro / Centro Espírita	215	48,9	225	51,1	27	---	467	100
Abrigos	127	28,8	314	71,2	26	---	467	100
Albergues	216	49,0	227	51,0	24	---	467	100
Centro POP	195	43,8	250	56,2	22	---	467	100
Restaurante Popular	216	48,8	227	51,2	24	---	467	100
Sopão da Getúlio (Ramiro D'Ávila)	175	39,8	265	60,2	27	---	467	100
Consultório de rua	165	37,5	275	62,5	27	---	467	100
Ação rua	93	21,3	343	78,7	31	---	467	100
CREAS	124	28,3	314	71,7	29	---	467	100
CRAS	150	34,6	284	65,4	33	---	467	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016.

- as regras e normas internas da instituição, assim como o sentimento de aprisionamento que ela gera no acolhido aparecem como principal justificativa em 17,7% dos casos. Em 2007-8 este índice foi assinalado por 37,8% dos respondentes. Isto pode significar, dentre outras questões, que a população passou por um processo de institucionalização; entretanto, a diminuição no uso dos abrigos, comparativamente apontada anteriormente, pode assinalar o maior não uso desse tipo de equipamento, o que diminui, por consequência, a possibilidade de assinalar este quesito referente à vida cotidiana de tais instituições;

- a forma de tratamento dos responsáveis pelo acolhimento, associada à hostilidade interna (que nesse caso, pode englobar também o meio social dos frequentadores) está em segundo lugar, com 15,6% das ocorrências. Se por um lado as normas das instituições não impedem, pelo menos como no passado recente, o uso das mesmas por parte da população de rua, a convivência no interior das mesmas, seja pela atuação dos funcionários ou de outros usuários parece inibir o uso destes equipamentos. Registre-se que, em 2007-8, a magnitude deste motivo era de 8,4%, o que aponta um alto crescimento das respostas a este quesito no ano de 2016;

- os horários (12,2%) e a dificuldade em conseguir vagas (11,9%) são motivos que aparecem como terceiro e quarto motivos de distanciamento apresentado pelos respondentes;

- a proibição de uso de álcool e/ou drogas aparece como quinto motivo de recusa (5,2%);

- um percentual de 4,9% afirma desconhecer ou não ter precisado destes equipamentos;

- outros motivos, os mais variados, aparecem com 22,2% de incidência;

- dentre a totalidade, 2,4% dos entrevistados alegaram que freqüentar esses serviços acarretaria em algum tipo de prejuízo a sua atividade de renda, seja por ser inconciliável em termos do tempo, seja pelas limitações do local para a guarda do instrumento e/ou do animal de estimação.

Finalmente, 4,0% da amostragem não responderam.

A seguir, a tabela com os dados:

TABELA 32 – Principais motivos de não usar albergues/abrigos com frequência

<i>Principal motivo</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Regras rígidas, falta de liberdade, suspensão	58	17,7
Proibição de uso de álcool e/ou drogas	17	5,2
Horários	40	12,2
Forma de tratamento pelos administradores/hostilidade interna (Vítima de racismo, maus tratos/violência, arrogância dos administradores, desorganização, brigas, roubos, preconceito...)	51	15,6
Dificuldade em conseguir vagas	39	11,9
Não conhece albergues, nunca precisou	16	4,9
Falta de documentos	6	1,8
Freqüentar estes serviços acarretaria em algum tipo de prejuízo a sua atividade de renda ou limitação do local para guardar o instrumento de trabalho ou acolher o animal de estimação	8	2,4
Proibição de sexo	3	0,9
Doença	4	1,2
Outro	73	22,2
NR	13	4,0
Total	328	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016 (N:328)

5.4. Relações de Trabalho e Renda

5.4.1 Qualificação profissional

De modo geral, uma boa parte da população (42,5%) sustenta ter alguma formação profissional. Alguns dos entrevistados afirmaram, inclusive, possuir mais de um curso de qualificação. Pelo contrário, 57,5% afirmou não ter frequentado nenhum curso de qualificação, o que indica uma demanda a ser observada, acima de tudo se levarmos em conta sua relação com as oportunidades de trabalho e renda. Dos cursos mais procurados, destaque para aqueles vinculados à informática, com 20,0% da preferência, assim como aqueles relacionados à área da alimentação, com 16,4% e, na terceira posição, qualificações vinculadas à construção civil, com 14,7%. Na tabela a seguir temos os principais qualificações da população.

TABELA 33– Principais qualificações profissionais

<i>Qualificação profissional</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Informática/computação	38	20,0
Padeiro/Confeiteiro/culinária/garçon/cozinheiro	31	16,4
Carpinteiro/Serralheiro/Marceneiro/Pedreiro/Azulegista/Hidráulico/Eletricista	28	14,7
Comércio/Administração/escritório/contabilidade - Vendedor/balconista/comerciante/comerciário	13	6,8
Mecânico/ferreiro/metalúrgico/soldador	12	6,3
Artesanato/Corte e costura/Artes	11	5,8
Segurança/Guarda/Vigilante/Bombeiro/Portaria	9	4,7
Enfermagem	4	2,1
Manicure/Pedicure/Cabeleireira	4	2,1
Limpeza/Camareira/Doméstica	2	1,1
Outras	38	20,0
Total	190	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016 (N:190).

De maneira geral a população adulta em situação de rua desempenha atividades que podem ser caracterizadas como ocupação socialmente legitimadas. A população se auto-representa afirmativamente em relação a identificação com uma profissão, sendo 81,4% os que afirmam possuírem profissão. Este percentual não oscilou se considerarmos os percentuais da pesquisa de 2007. Considerando a pesquisa anterior, registre-se quase o triplo do percentual de pessoas que assumem a reciclagem como confissão de profissão. No

conjunto, a referência à profissão não apresentou mudança substantiva entre as duas pesquisas. Dentre os que destacaram ter alguma profissão, foram declaradas mais de 50 profissões e/ou ocupações pelos entrevistados. A maioria refere-se a atividades de baixa qualificação e geralmente associadas à baixa escolaridade. Em suma, são atividades predominantemente exercidas com o esforço físico, como na construção civil, operadores de máquina e domésticos ou faxineiros. A exceção fica para aqueles que se declararam professores ou mesmo desenhista.

TABELA 34 – Principais Profissões declaradas pelos entrevistados

<i>Profissões</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Carpinteiro/Serralheiro/Marceneiro/Pedreiro/Azulegista/Hidráulico/Eletricista	89	23,9
Pintor/Auxiliar de pintura	26	7,0
Serviços Gerais	26	7,0
Doméstica/Faxineira/Babá	19	5,1
Comércio - Vendedor/balconista/comerciante/comerciário	19	5,1
Segurança/Guarda/Vigilante	19	5,1
Cozinheiro/Padeiro/Confeiteiro	16	4,3
Papeleiro/carroceiro	15	4,1
Motorista	13	3,5
Lava/Guarda carro	12	3,3
Artesão	10	2,7
Gari	9	2,4
Garçom	9	2,4
Mecânica/Chapeação/Pintura	6	1,6
Carregador e descarregador / Estivador	6	1,6
Jardineiro	6	1,6
Professor/Educador social	5	1,4
Torneiro mecânico / metalúrgico	5	1,4
Técnico/auxiliar em contabilidade/administração/escritório	4	1,1
Desenhista/Gráfico	3	0,8
Auxiliar geral / de depósito	2	0,5
Soldador	2	0,5
Manicure/pedicure/cabeleireira	2	0,5
Auxiliar/técnico em enfermagem	2	0,5
Operador de máquinas pesadas (tratores, guindastes)	2	0,5
Ferreiro, armador	2	0,5
Outras	43	11,6
Total	372	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016 (N: 372)

As profissões mais representativas referem-se a atividades vinculadas à construção civil, a serviços em geral, ao comércio e à vida doméstica. O exercício da profissão faz parte da história ou das lembranças para a maioria que declarou estar ou ter sido profissionalizado. No que se refere a isto, perto de um quinto (19,2%) estão exercendo a atividade coerente com sua qualificação profissional.

Os cerca de 80% que não exercem sua profissão declararam motivos variados, destacando-se a falta de emprego no ramo, doenças, a discriminação social, a falta de documentos, o uso de drogas ou algum problema, geralmente de natureza física, que os impede de trabalhar. Esses argumentos são apresentados por 73,8% dos que declaram ter profissão. Os demais se distribuem entre 35 outras razões, desde falta de endereço fixo, idade avançada, analfabetismo, problemas emocionais, desemprego, etc. Passados quase 10 anos da última pesquisa que coletou estes dados, os motivos do não exercício da profissão pouco variaram. No entanto, a intensidade com que tais fatores afetam a população apresentou deslocamentos. Se a falta de empregos no ramo apresenta uma constante, o mesmo não pode ser dito em relação a estar doente (21,1%), ao consumo de drogas e/ou alcoolismo (5,9%) ou ainda o preconceito por estar em situação de rua (12,7%), que tiveram seus percentuais aumentados na pesquisa de 2016. Estes têm sido, em conjunto com a falta de emprego por não encontrar trabalho, fatores que obstaculizam com mais frequência, na opinião dos entrevistados(as), o acesso às profissões e/ou ocupações desejadas. Inversamente, a falta de documentos (10,8%), a ausência de endereço fixo (3,4%), a idade (3,4%) e a dificuldade em possuir ferramentas (1,2%) diminuíram sua participação no conjunto dos motivos que os afastam destas atividades laborais.

TABELA 35 – Motivos pelos quais não estão exercendo profissão

<i>Motivos</i>	<i>2007</i>		<i>2016</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Não acha trabalho por falta de empregos no ramo	57	23,4	77	23,8
Não tem documentos	33	13,5	35	10,8
Está/ficou doente e não pode mais trabalhar	28	11,4	68	21,1
É discriminado em função de estar em situação de rua	25	10,2	41	12,7
Não tem endereço fixo	16	6,5	11	3,4
Por causa da idade/não pode mais trabalhar	16	6,6	11	3,4
Falta ferramentas / material / aparelhos / licenças	11	4,4	4	1,2
Drogas/Alcoolismo	7	3,5	19	5,9
Encaminhando aposentadoria / Aposentado	5	2,0	5	1,6
Falta de oportunidade / Desemprego	5	2,0	5	1,6
Não procura/não quer trabalhar	---	---	5	1,6
Não gosta de sua ocupação	---	---	3	0,9
Outros motivos	41	16,5	39	12,0
Total	244	100	323	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007 (N: 244) e 2016 (N:323).

A prática de atividades profissionais com vínculo formal, através de Carteira Assinada, foi assinalada pelos entrevistados(as) como exercida em algum momento em suas vidas por quase totalidade (99,1%). Inversamente, aqueles que nunca tiveram este tipo de vínculo apresentam um número residual. Considerando que na pesquisa de 2007-8, onde cerca de dois terços (62,23%) disseram já ter tido algum vínculo formal de trabalho, houve um crescimento substantivo de informação sobre a assinatura da Carteira de Trabalho durante o período. Lembramos que a pesquisa trabalha a partir das informações fornecidas pelos entrevistados(as). No entanto, enquanto em 2007-8 o percentual de quem estava trabalhando com carteira assinada era de 5,0%, na atual pesquisa este percentual assinalou apenas 0,7%. Neste sentido, é razoável considerar elementos estruturais na explicação deste fenômeno, notadamente se consideremos as crescentes taxas de desemprego registradas no corrente ano.

TABELA 36 – Trabalhou ou está trabalhando com carteira assinada

	2016		2007	
	<i>Freq</i>	%	<i>Freq</i>	%
Sim, atualmente trabalho com carteira assinada	3	0,7	19	5,0
Sim, já trabalhei	446	98,4	219	57,3
Nunca trabalhei com carteira assinada	4	0,9	123	32,2
NR	-	-	21	5,5
Inválidos	14			
Total	467	100	382	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016.

Nas respostas dos entrevistados(as), a experiência de ter o vínculo formal de trabalho foi relativamente curta. 98,9% dos que disseram ter Carteira de Trabalho em algum momento de suas vidas assinada, salientaram que não foi por mais de quatro anos. Com mais de 10 anos de Carteira de Trabalho assinada o percentual informado foi mínimo, ou seja, somente 0,2%. No conjunto é possível afirmar de que o acesso ao mercado formal de trabalho concorre com a acentuada impermanência nas atividades de trabalho e é de permanência bastante limitada na trajetória de trabalho individual das pessoas investigadas.

5.4.2 Renda e Fontes de Renda

A renda resultante de atividades, descritas abaixo, foi mensurada através da declaração sobre o que cada um ganha por dia, por semana ou por mês. Feita a conversão em salário mínimo mensal, apresentou-se o seguinte quadro.

Quase 40% (38,2%) tem ganho mensal de até meio Salário Mínimo. A maior parte da população estudada (69,8%) auferem renda até um salário mínimo. Alguns sustentam, como revela a tabela, que alcançam renda superior a três SM. São relativamente poucos (1%) os que não possuem nenhuma renda. Considerando o bolsa família como referência, constata-se que a maioria da população desse universo possuem renda superior à que serve de referência ao bolsa família, pois trata-se, neste caso, de renda individual, não familiar. Ao se tomar os dados da pesquisa de 2007-8, a população que percebia até um salário mínimo era de 55,7%. Destaque-se, portanto, o crescimento de mais de 13% percentuais da população que sustenta esta renda mensal em 2016. O aumento real do salário mínimo de mais de 40% (DIEESE, 2016), entre 2007-8 e 2016, talvez possa explicar este aumento da população nesta faixa de renda.

Tabela 37 – Rendimento mensal em Salários Mínimos (SM)

<i>Rendimento mensal*</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Até 1/2 SM (<i>Até R\$ 440,00</i>)	146	38,2
De mais de 1/2 a 01SM (<i>De R\$ 441,00 a R\$ 880,00</i>)	121	31,6
De mais de 01 a 1 1/2 SM (<i>De R\$ 881,00 a R\$1,320,00</i>)	62	16,2
De mais de 1 1/2 a 02 SM (<i>De R\$ 1.321,00 a R\$ 1.760,00</i>)	28	7,3
De mais de 02 a 03 SM (<i>De R\$ 1.761,00 a R\$ 2.640,00</i>)	22	5,7
De mais de 03 a 04 SM (<i>De R\$ 2.641,00 a R\$ 3.520,00</i>)	2	0,5
Mais de 04 SM (<i>Mais de R\$ 3.520,00</i>)	2	0,5
Inválidos	16	-
Total	467	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016.

*Salário Mínimo considerado de R\$ 880,00 em vigor no Brasil, na data da aplicação dos questionários.

As atividades exercidas para sobrevivência tendem a concentrar-se em atividades autônomas e de pouca estabilidade, como o trabalho envolvendo as atividades de reciclagem (23,9%), jardinagem (14,0%), guardar e lavar carros (12,8%) e pedir (9,9%). Em segunda opção, foram repetidas com maior representatividade as mesmas atividades. Semelhante aos resultados da pesquisa de 2007-8, o labor diário com os materiais destinados à reciclagem segue sendo a principal atividade da população.

Tabela 38 – Principal atividade ocupacional destinada à sobrevivência

<i>Rendimento mensal*</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Catador mats recicláveis/reciclagem	106	23,9
Jardinagem	62	14,0
Lava/guarda carros/flanelinha	57	12,8
Pede/achaca	44	9,9
Faz programa/prostituição	39	8,8
Construção civil/pedreiro/pintor	28	6,3
Vendedor de rua	25	5,7
Bico/biscate	22	5,0

Limpeza/faxina	14	3,1
Nada	14	3,1
Distribui panfletos	12	2,7
Artesanato	5	1,1
Carga e descarga	5	1,1
Outro	11	2,5
Inválidos	54	-
Total	467	100

Fonte: Pesquisa Perfil e o Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016.

Além da renda monetária oriunda de atividades exercidas cotidianamente, um percentual relativamente pequeno recebe benefícios de assistência social. O Bolsa Família é usufruído por mais de um terço da população (34,2%), representando o maior percentual. Seu crescimento em mais de mil por cento, considerando os resultados de 2007-8, revela a importância que assumiu este benefício para a sobrevivência das populações situadas na base da pirâmide social. Ainda que em menor dimensão, o crescimento percentual que apresentou os benefícios de pensão ou aposentadoria, em relação à pesquisa pretérita, pode estar associada à idade avançada já que 32,3% da população apresenta 45 anos ou mais de idade e, dentre estes, 7% tem mais de 60 anos.

TABELA 39 – Recebimento de benefícios - 2016

<i>Benefícios</i>	<i>Sim</i>		<i>Não</i>		<i>Inválidos</i>	<i>Total</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Pensão / Aposentadoria	39	9,0	396	92,4	32	467	100
Seguro desemprego	5	1,1	431	98,9	32	467	100
Bolsa Família	151	34,2	291	65,8	25	467	100
BCP (Benefício de Prestação Continuada)	15	3,5	419	96,5	33	467	100
Aluguel social	10	2,3	427	97,7	30	467	100
Aluguel eventual	3	0,7	436	99,3	28	467	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016.

TABELA 40 – Recebimento de benefícios – 2007-8

<i>Benefícios</i>	<i>Sim</i>		<i>Não</i>		<i>Total</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Pensão / Aposentadoria	29	7,6	353	92,4	382	100
Seguro desemprego	8	2,1	374	97,9	382	100
Bolsa Família	13	3,4	369	96,6	382	100
BCP (Benefício de Prestação Continuada)	3	0,8	379	99,2	382	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007.

5.5. Saúde e Sexualidade

Como anteriormente, referimos (UFRGS, 2008), o conceito de saúde geralmente é percebido na sua relação de oposição ao conceito de doença. Segundo Camargo (2003) “a própria definição de saúde, apesar dos inúmeros esforços em contrário, é assumida como ausência de doenças.” (p.110) Essa tem sido uma característica duradoura da racionalidade médica ocidental, que situa saúde e doença em uma relação de oposição entre o “normal” e o “patológico.” (Canguilhem, 1982) Porém, saúde e doença devem ser entendidos como processos, isto é, como algo dinâmico condicionado pelo contexto histórico, social, cultural e político. (Rezende, 1986) Dessa forma, o estado de saúde não é apenas a ausência de doenças, mas um estado de bem-estar que vai além dos aspectos da “normalidade” fisiológica e psicológica, uma vez que também reúne condições ambientais adequadas e a possibilidade de desfrutar da vida com qualidade (conceito de qualidade de vida) e isso inclui certamente o acesso a serviços de saúde.

Contudo, mais do que uma percepção objetiva, o conceito de processo saúde-doença é uma construção social que resulta da incorporação de repertórios culturais socialmente compartilhados e da leitura subjetiva das sensações corpóreas, a partir dos quais os sujeitos reconhecem e interpretam os sinais do corpo e definem os seus próprios estados físicos, psicológicos e espirituais, e dos outros. Assim, a doença pode ser entendida como uma experiência vivida individualmente e socialmente, cuja definição não está circunscrita às delimitações objetivas da racionalidade médica ocidental, mas constitui uma realidade subjetivamente dotada de sentido para aquele que a experimenta. Essa realidade se assenta em um conjunto de crenças e valores médicos

“que constituem respostas socialmente organizadas para a doença. Refletem o complexo interativo entre grupos sociais, instituições, padrões de relacionamento e um corpo específico de conhecimento” (ALVES, 1993:263)

Nesse processo, os atores sociais mobilizam as referências acumuladas em seus percursos biográficos e processos de socialização para interpretar e produzir “um julgamento sobre a matéria bruta das impressões sensíveis produzidas pelo corpo” (Alves, 1993, p. 269), definindo a dor e identificando os sintomas considerados como evidências clínicas relevantes. Os diferentes significados atribuídos a essas interpretações servirão de ponto de partida para as decisões que os atores sociais tomarão a fim de alcançar uma solução terapêutica para seus problemas de saúde.

Ter em conta o papel ativo desempenhado pelos sujeitos possibilita compreender como os saberes médicos são apropriados e reinterpretados para se referir ao corpo, aos

sintomas, à doenças e aos tratamentos e medicamentos. Identificar os cursos de ação, incluindo a adesão ou não a determinadas terapêuticas, por sua vez, possibilita pontuar as barreiras ao atendimento médico e odontológico que se impõem sobre a população em situação de rua.

Ao interrogarmos sobre a percepção da “doença”, estamos admitindo a importância do modelo biomédico na estruturação da leitura cultural das perturbações físico-morais, não rompendo, portanto, com essa forma de classificação social hegemonicamente utilizada. No entanto, atentamos para a necessidade de um tratamento crítico acerca das categorias utilizadas e suas apropriações, assim como também para as intrínsecas reduções de outras construções possíveis da relação saúde e doença que certas categorizações propostas no questionário não permitem esboçar. Em algumas questões, conjugamos a expressão “doença” com “problemas”, de forma a tentar pluralizar a coleta de perturbações diversas que pudessem interferir na percepção de bem-estar dos entrevistados. A ideia é trabalhar com uma concepção ampla de saúde que ligue esse elemento à totalidade das pessoas e suas formas de existência, não reduzindo as perturbações físico-morais à conceituação médica, embora levando em conta sua influência na configuração dos processos físico-morais.

5.5.1. Doença e/ou Problemas que os Entrevistados Possuem

Na edição de 2016 da pesquisa, no instrumento final do questionário aplicado a uma amostra da população em situação de rua que foi recenseada, procuramos reproduzir a maioria das perguntas colocadas nas versões anteriores, a fim de obter um quadro comparativo e, ao mesmo tempo, incluir algumas demandas dos setores municipais que se dedicam à prestação de serviços públicos de saúde para essa população. Diferentemente do que ocorreu em 2007-8 e 2011, em que a maior parte das questões de saúde foram aplicadas para todos os investigados, na atual pesquisa o conjunto de questões sobre saúde e sexualidade foi aplicado somente para os entrevistados(as) na amostra representativa do universo de pesquisa, que compreendeu 467 pessoas.

A primeira pergunta foi a mesma utilizada nas pesquisas de 2007-8 e 2011, e buscou, por meio de um enunciado simples, “Agora vou listar algumas doenças ou problemas de saúde, me diga, por favor, se tem ou não”, identificar a presença de um conjunto de doenças e/ou problemas de saúde que podem ser incluídos em determinadas categorias mais gerais, associadas a determinadas patologias e/ou percepções da doença e do estado geral de saúde. Em comparação com os resultados das pesquisas anteriores, destacamos que não houve

diferença em relação à tipologia de doenças ou problemas que os entrevistados(as) disseram possuir, mas uma percepção de agravamento significativo no percentual da doença ou problema que atinge a grande maioria da população investigada: a “dependência química/álcool”, que abrangeu em 2016 o total de 58,1% de respostas positivas. Em 2007-8 esta variável recebeu 40,1% das respostas positivas e em 2011 o percentual de 49,6% de respostas positivas. Em segundo lugar foi ressaltado o “problemas nos dentes”, com 47,8% de respostas “sim” e, em terceiro lugar, aparecem as “dores no corpo”, com 43,7%, que se mantiveram relativamente estáveis na comparação entre os dados de 2011 e 2016, mas que aumentaram também em relação aos dados de 2007-8. Estes dados apontam para uma maior percepção de adoecimento e de posse de problemas de saúde, em relação às pesquisas anteriores. Esta interpretação é corroborada pelo aumento da percepção de doenças ou problemas de saúde em quase todas as categorias investigadas, à exceção das doenças de pele, que diminuíram percentualmente quase 50% em comparação com os dados de 2007-8 e de doenças cardíacas, que se mantiveram estáveis desde a pesquisa de 2007-8.

Tabela 41 – Doenças e/ou problemas que o entrevistado possui

<i>DOENÇA / PROBLEMA</i>	<i>2007 % TEM</i>	<i>2007% NÃO TEM</i>	<i>2011 % TEM</i>	<i>2011 % NÃO TEM</i>	<i>2016 % TEM</i>	<i>2016% NÃO TEM</i>
Doenças de pele	14,5	77,0	11,5	82,4	7,8	92,2
DST	9,3	81,9	7,8	86,1	8,1	91,9
HIV / AIDS	11,4	79,2	10,3	83,1	15,0	85,0
Doença mental / Psiquiátrica / Psicológica / Depressão / Dos nervos / Da cabeça	30,7	60,8	33,1	60,9	36,1	63,9
Dependência química / Álcool	40,1	51,2	49,6	44,1	58,1	41,9
Doenças respiratórias / Asma	19,9	71,1	20,3	73,1	23,6	76,4
Tuberculose	5,7	84,8	5,6	87,4	7,2	92,8
Diabetes	4,3	85,9	4,6	88,5	5,1	94,7
Hepatite	6,7	83,4	8,1	84,8	8,1	91,9
Doença cardíaca	9,4	80,9	9,7	83,4	9,5	90,5
Dores no corpo	37,2	53,5	41,4	51,2	43,7	56,3
Pressão alta	20,9	70,1	23,9	68,8	21,1	78,9
Nos dentes	40,1	51,3	49,5	43,5	47,2	52,8
Deficiência física	11,5	79,2	10,5	81,9	13,4	86,9

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007, 2011 E 2016

Q
quando
compar
amos
os
entrevis
tados
que
respond
eram
positiva
mente
em
relação
a terem
determi

nados tipos de doenças e/ou problemas de saúde em relação ao sexo, observamos que as

doenças mais prevalentes entre os homens são a dependência química/álcool (61,6%), seguida dos problemas nos dentes (47,1%) e das dores no corpo (41,1%). Já entre as mulheres, figuram as dores no corpo (54,1%), em primeiro lugar, as doenças mentais (49,3%) e os problemas nos dentes (49,3%), seguidas das doenças respiratórias. Esses dados indicam necessidades diferentes entre homens e mulheres em relação às demandas por cuidados em saúde que devem ser consideradas no planejamento de ações específicas para essa população. Outras diferenças bastante significativas neste aspecto são a informação sobre a presença de DST's, três vezes maior entre as mulheres do que entre os homens, a informação sobre a presença de HIV/Aids, que também quase triplica nos dados das mulheres, e da diabetes, que se acentua-se quatro vezes na informação dada pelas mulheres e na pressão alta, também mais bem informada entre as mulheres. Além de informar sobre determinadas vulnerabilidades às doenças e problemas de saúde em função do sexo, ressalta-se aqui a possível maior inserção das mulheres em serviços de saúde e, por consequência, ao acesso a diagnósticos médicos.

Tabela 42 – Prevalência de doenças e/ou problemas de saúde entre homens e mulheres (%)

Sexo	Tipos de doenças													
	Doenças de pele	DST	HIV/AIDS	Doença mental	Dependência química/álcool	Doenças respiratórias	Tuberculose	Diabetes	Hepatite	Cardíacas	Dores no corpo	Pressão alta	Problemas nos dentes	Deficiência física
Homens	7,1	5,4	11,3	32,7	61,6	18,7	7,5	3,4	7,5	8,9	41,1	18,3	47,1	12,8
Mulheres	12,3	16,4	29,2	49,3	40,5	43,2	5,5	13,3	12,5	12,2	54,1	30,7	49,3	13,9

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016

Especificamente em relação aos problemas nos dentes, a pesquisa enfatizou, em outra pergunta, se o(a) entrevistado(a) tinha algum problema dentário e, em caso de resposta positiva, que tipo de problemas. É bastante significativo que 60,6% tenha respondido “sim”. O principal problema referido pelos que manifestaram possuir problemas dentários foi a “falta de dentes” (45,5%), seguido pela cárie dentária (22,3%).

Tabela 43 – Percentual de entrevistados que afirmou ter problema dentário

Tem problema dentário	Freq	%
Sim	283	60,6
Não	184	39,4
Total	467	100,0

Fonte: Pesquisa Perfil e o Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016

Tabela 44 - Tipo de problemas dentários

<i>Qual</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Cárie	63	22,3
Falta de dentes	128	45,2
Dor	40	14,1
Outro	52	18,4
Total	283	100,0

Fonte: Pesquisa Perfil e o Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016. (N=283)

Se considerarmos que entre os “outros” problemas indicados pelos entrevistados, houve referências a “todos os problemas” elencados ao mesmo tempo e, sobretudo, à falta de dentes e dentes quebrados, fica evidente que se trata de uma população com saúde bucal bastante precária. Esses dados são indicadores da presença de problemas de saúde multifatoriais, que não estão ligados a uma patologia específica, mas um conjunto de desordens que se traduzem em sintomatologias difusas e não diagnosticadas e que podem ser explicadas pelas dificuldades de acesso a tratamento dessa população, especialmente ao tratamento odontológico, como veremos mais adiante. A entrevista também abordou se os entrevistados(as) foram ao dentista por conta dos problemas de saúde bucal, 39% apontaram que sim.

45. Foi ao dentista por causa disto?

Foi ao Dentista	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	117	39,0
Não	183	61,0
Total	300	100,0

Fonte: Pesquisa Perfil e o Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016. (N=300)

5.5.2 Produtos que os(as) entrevistados(as) utilizam

As questões referentes aos problemas de saúde ou doenças identificados pelos participantes da pesquisa não tiveram por objetivo chegar a um diagnóstico do estado de saúde atual a partir de indicadores clínicos próprios do modelo biomédico. Trata-se de verificar, com base no que os próprios informantes indicaram, as diferentes maneiras de se

perceber o corpo, seus limites e as alterações nas funções orgânicas que são consideradas evidências relevantes. Parte dessas formas de autopercepção constitui subsídios para o entendimento dos modelos explicativos da enfermidade que as pessoas desenvolvem ao longo de seus percursos biográficos. É importante ressaltar, porém, conforme destacou Alves (1993), que as percepções, crenças e ações dos indivíduos são heterogêneas, complexas e ambíguas.

Com relação à questão sobre o uso de produtos que podem ser prejudiciais à saúde, o produto mais utilizado foi o cigarro, consumido por 51,8% dos entrevistados todos os dias e 13,7% de vez em quando. Em seguida, as bebidas alcólicas, consumidas todos os dias por 24,6% e de vez em quando por 36,9% dos entrevistados, respectivamente. Entre as drogas ilícitas mais consumidas estão a maconha e o craque.

Tabela 46 – Uso de produtos que podem ser prejudiciais à saúde – 2016

Produtos	%	%	%	%
<i>Medicamentos (xaropes, calmantes ou analgésicos)</i>	18,9	17,5	63,6	100,0
<i>Loló (benzina, gasolina, solvente, cola de sapateiro)</i>	1,8	6,2	92,1	100,0
<i>Maconha (verde, pau podre, beck, baseado)</i>	21,4	21,1	57,5	100,0
<i>Bebida alcoólica (cachaça, cerveja, uísque)</i>	24,6	36,9	38,5	100,0
<i>Craque (pedra, brita, diaba)</i>	15,8	18,4	65,8	100,0
<i>OX / Merla</i>	1,1	4,4	94,5	100,0
<i>Cocaína (pó)</i>	4,2	14,0	81,8	100,0
<i>Cigarro</i>	51,8	13,7	34,6	100,0
<i>Heroína</i>	0,9	4,0	95,1	100,0
<i>Ecstasy</i>	0,2	4,9	94,9	100,0
<i>Álcool medicinal</i>	1,6	5,7	92,7	100,0

Fonte: Pesquisa Perfil e o Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016

É importante observar que para esta pesquisa foram incluídos alguns itens não contemplados nas pesquisas anteriores, como o loló, a merla e o ecstasy, num esforço de incluir novos produtos que passaram a fazer parte do conjunto das drogas ilícitas comercializadas e consumidas atualmente e também das variações nos usos possíveis de outras substâncias, como é o caso dos solventes e da cola de sapateiro, cuja inalação possui efeitos estupefacentes. Em que pese a sua inclusão, fica evidente que os produtos mais acessíveis tendem a ser aqueles consumidos com mais frequência, o que explica os baixos percentuais de entrevistados que admitiram fazer uso de drogas sintéticas como ecstasy, de cocaína e heroína, mais caras. É preciso considerar ainda que esses resultados certamente subestimam o número de consumidores desses produtos, uma vez que as especificidades metodológicas da pesquisa – aplicação de cadastro e questionário – não possibilitam o estabelecimento de uma relação de confiança durável entre pesquisador e pesquisado, o que

certamente constrange o entrevistado a admitir o uso de diversas substâncias, especialmente aquelas que só podem ser obtidas ilegalmente.

Procuramos analisar também o perfil dos entrevistados quanto ao uso desses produtos segundo a faixa etária. Na tabela a seguir, consideramos os percentuais apenas para os produtos mais utilizados: medicamentos, maconha, bebidas alcoólicas, craque, cocaína e cigarro. De maneira semelhante ao que foi observado em 2007-8, o uso de drogas ilícitas como maconha, craque e cocaína tende a ser mais comumente observado nas faixas etárias mais jovens (18 a 24 anos e 25 a 34 anos), enquanto o consumo de cigarro e bebidas alcoólicas é mais prevalente nas faixas etárias mais velhas (45 a 59 anos e 60 anos ou mais).

Tabela 47 – Distribuição percentual do uso de produtos que podem fazer mal à saúde segundo a faixa etária do entrevistado (%)

Substâncias	Medicamentos		Maconha		Bebida alcoólica		Craque		Cocaína		Cigarro	
	Todos os dias	De vez em quando	Todos os dias	De vez em quando	Todos os dias	De vez em quando	Todos os dias	De vez em quando	Todos os dias	De vez em quando	Todos os dias	De vez em quando
18 a 24	4,7	13,8	14,4	8,3	4,7	13,3	13,0	6,1	5,3	12,7	10,8	8,1
25 a 34	27,1	33,8	49,5	35,4	26,2	32,5	47,8	42,7	47,4	31,7	33,6	27,4
35 a 44	24,7	22,5	20,6	33,3	29,0	25,3	29,0	30,5	21,1	33,3	27,2	35,5
45 a 59	34,1	20,0	14,4	18,8	33,6	21,1	10,1	18,3	26,3	15,9	22,8	22,6
60 anos ou mais	9,4	10,0	1,0	4,2	6,5	7,8	0,0	2,4	0,0	6,3	5,6	6,5
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa Perfil e o Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016

Quando comparados aos dados coletados nas pesquisas anteriores, observamos que houve aumento no consumo de produtos que podem fazer mal à saúde, na maior parte dos casos exceto o cigarro, que apresentou certa queda entre os entrevistados que admitiram fumar todos os dias. Essa queda pode ser confirmada quando comparamos o percentual de entrevistados que afirmou não fazer uso do cigarro. O aumento da negativa de uso foi expressivo tanto entre aqueles que fazem uso todos os dias, quanto entre os usuários

eventuais, especialmente o álcool medicinal e as drogas ilícitas, como a cocaína, o craque, a heroína e a maconha.

Tabela 48 – Uso de produtos que podem fazer mal à saúde segundo a frequência e o ano da pesquisa (%)

Produtos	Todos os dias			De vez em quando			Não usa		
	2007	2011	2016	2007	2011	2016	2007	2011	2016
Álcool medicinal	0,4	0,2	1,6	1,7	2,8	5,7	89,4	88	92,7
Bebida alcóolica	22,9	26,6	24,6	31,1	29,5	36,9	39,1	37,7	38,5
Cigarro	56,2	58,8	51,8	11,6	8,8	13,7	24,4	26	34,6
Cocaína	1,4	2,6	4,2	6,1	6,6	14	84,8	83,6	81,8
Craque	11,1	12,8	15,8	12,2	15	18,4	69,3	65,9	65,8
Heroína	0,3	0,4	0,9	0,9	1,7	4	91,1	91	95,1
Loló	5,6		1,8	5,4	---	6,2	81,5	---	92,1
Maconha	15	14,6	21,4	16,3	19,2	21,1	61,3	59,9	57,5
Medicamentos	---	16,3	18,9	---	19,7	17,5	---	57,7	63,6

Fonte: Pesquisa Perfil e o Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007, 2011 e 2016

Considerando as informações prestadas à pesquisa e as já referidas condições de sua efetivação, é possível afirmar que o uso de drogas entre a população em situação de rua é baixo, considerando que os percentuais de usuários que afirmaram não fazer uso dessas substâncias ficou acima de 50% em todos os casos.

5.5.3 Cuidados com a Saúde

No conjunto das perguntas que abrangiam a temática da saúde também procuramos levantar informações sobre as estratégias desenvolvidas pelas pessoas em situação de rua para lidar com os episódios de doença. Não se tratava de identificar apenas os tratamentos médicos propriamente ditos, mas se os entrevistados procuraram ajuda profissional e se estavam em tratamento, bem como quais as instituições, pessoas e métodos de referência que fazem parte do itinerário terapêutico e das soluções mobilizadas por essa população.

Quando perguntamos aos entrevistados se faziam tratamento para alguma doença referida na questão sobre a presença de doenças e/ou problemas de saúde (tabela 42 deste relatório), apenas 38,8% responderam que sim. No que se refere aos problemas dentários assinalados pelos entrevistados, temos que 39% procurou auxílio odontológico para tratar de seus problemas (tabela 45). Há, portanto, uma baixa procura pelo tratamento odontológico, que se reflete também no alto percentual de entrevistados que estiveram em tratamento há mais de 1 ano e há mais de 5 anos. Porém, em comparação com a amostra de entrevistados de 2007-8, esses dados indicam certa melhora, com um percentual um pouco maior de pessoas

que estiveram no dentista há até 6 meses e especialmente há até 1 ano, e percentuais menores de indivíduos que não iam ao dentista há mais de 5 anos ou nunca fizeram tratamento.

Tabela 49 – Tempo decorrido desde a última visita ao dentista até o momento da entrevista – 2007-8 e 2016

<i>Última visita ao dentista</i>	2007-8		2016	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Há um mês	38	10,2	44	10,2
Há até 6 meses	39	10,5	58	13,4
Há até 1 ano	11	3,0	36	8,3
Mais de 1 ano até 5 anos	110	29,6	128	29,6
Mais de 5 anos	118	31,8	120	27,8
Nunca fez	55	14,8	46	10,6
Inválidos			35	-
Total	371	100	467	100

Fonte: Pesquisa Perfil e o Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007/2016

Considerando também que o principal problema e/ou doença manifestado pelos entrevistados foi dependência química/álcool, também é significativo que 44% nunca fizeram nenhum tipo de tratamento para reduzir ou parar o consumo de álcool e/ou drogas e que 25,7% tenham interrompido o tratamento. Esses dados contribuem para compreender o diminuto acesso e/ou vinculação da população adulta em situação de rua com tratamentos médicos de saúde e/ou a dificuldade de diagnóstico ou mesmo finalização de tratamento médico e odontológico.

Tabela 50 – Entrevistados que manifestaram estar fazendo tratamento para para/reduzir o uso de álcool e/ou drogas

<i>Já fez algum tipo de tratamento para parar/reduzir o uso de álcool e/ou drogas?</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim. Estou fazendo	28	6,2
Sim, mas não terminei	117	25,7
Não fiz	200	44,0
Sim, conclui o tratamento	77	16,9
Nunca usei álcool/drogas	33	7,3
Inválidos	12	-
Total	467	100,0

Cabe destacar que, ao comparar os dados da amostra da pesquisa realizada em 2007-8, observamos que o percentual de pessoas em situação de rua que não fizeram nenhum tipo de tratamento para parar/reduzir o uso de álcool e/ou drogas caiu de 57,6% para 44,0%. Porém, o percentual de respondentes que disseram ter interrompido o tratamento aumentou de 13,9% para 25,7%, o que levanta questões acerca dos fatores que dificultam a permanência em tratamento de saúde (o que inclui a oferta de leitos para internação) e a efetividade dos tratamentos disponíveis para dependentes químicos e alcoolistas.

Nessa perspectiva, embora em sua grande maioria os entrevistados tenham explicitado que não fazem nenhum tipo de tratamento para os problemas de saúde que manifestaram ter, as principais referências em caso de doença são os postos de saúde, hospitais e prontos-socorros. Cabe salientar a importância de programas como o Consultório na Rua e os CAPS e CAPS-AD, indicados na categoria “outros”, juntamente com outras instituições de saúde mental. Também nessa categoria os entrevistados manifestaram o uso de remédios caseiros e tradicionais e medidas paliativas como uso de drogas e álcool, e é significativo que 15% dos entrevistados se auto-medique ou não tome providências.

Tabela 51 – Estratégias desenvolvidas pelos entrevistados quando ficam doentes

<i>Quando fica doente, o que faz em primeiro lugar?</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Procura o posto de saúde	163	35,7
Procura o hospital/pronto socorro	107	23,5
Procura o Consultório de Rua	33	7,2
Procura pessoas de referência (família, amigos, etc.)	17	3,7
Procura abrigos/albergues	3	0,7
Procura o Centro POP	4	0,9
Procura instituição religiosa	3	0,7
Se automedica	29	6,4
Não faz nada/espera passar	39	8,6
Nunca ficou doente	30	6,6
Outro.	28	6,1
Inválidos	11	-
Total	467	100

Fonte: Pesquisa Perfil e o Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016

Outra leitura das condições de saúde da população em situação de rua pode ser feita a partir dos medicamentos que os entrevistados declararam que estavam tomando no momento da pesquisa. Note-se que, nesta questão, as frequências podem ser subestimadas, uma vez que admitir o uso de determinados medicamentos significa admitir ser portador de determinada doença sobre a qual o informante não se sentisse confortável de declarar para o entrevistador. Considerando apenas o total de entrevistados que manifestou ser portador de doenças cardíacas, pressão alta, HIV/AIDS, DSTs, tuberculose e doenças mentais e neurológicas diversas, o total de respondentes que declararam fazer uso de medicamentos específicos para essas doenças é consideravelmente baixo, especialmente no caso de doentes cardíacos, hipertensos e portadores de doença mental.

Tabela 52 – Remédios utilizados pelo(a) entrevistado(a) no momento da entrevista

Medicamentos para	Declarou ter doença ⁽¹⁾		Total	Usa		Não usa		Inválidos	Total	
	Freq	%		Freq	%	Freq	%		Freq	Freq
Coração	41	9,5	433	11	2,6	406	97,3	50	467	100,0
Pressão alta	92	21,1	436	18	4,3	397	95,7	52	467	100,0
HIV/AIDS	64	15,0	428	36	8,6	381	91,4	50	467	100,0
DST	35	8,1	434	9	2,2	406	97,8	52	467	100,0
Tuberculose	31	7,2	432	16	3,8	401	96,2	50	467	100,0
Doença mental	157	36,1	435	51	12,3	362	87,7	54	467	100,0

Fonte: Pesquisa Perfil e o Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016. - Dados referentes à pergunta 37(1)

Quando referiram “Outros” no que se refere ao uso de medicamentos, os entrevistados manifestaram estar utilizando, principalmente, medicamentos para dor e doenças respiratórias. Apenas 6 entrevistados explicitaram que estavam tomando medicamentos para o tratamento do alcoolismo e da dependência química. Considerando que esse é o problema de saúde mais prevalente na população adulta em situação de rua, esse dado levanta questões acerca das alternativas terapêuticas para a dependência e as possibilidades de acesso e continuidade/manutenção desse tipo de tratamento.

Tabela 53 – Outros medicamentos que os entrevistados estavam tomando no momento da entrevista

Medicamentos	Freq	%
Para dor	15	25,0
Doenças respiratórias (asma, bronquite, pneumonia)	8	13,3

Dependência química/álcool	6	10,0
Diabetes	3	5,0
Diversos (problemas digestivos, ferimentos etc.)	28	46,7
Total	60	100,0

Fonte: Pesquisa Perfil e o Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016. (N=60)

5.5.4 Sexualidade

Na amostra, procuramos aferir algumas informações acerca da sexualidade e da saúde reprodutiva dessa população. O objetivo era identificar as estratégias preventivas tanto em relação às doenças sexualmente transmissíveis, quanto à gravidez. Especificamente no caso das mulheres, procuramos aferir a incidência de abortos. Esses dados também podem ser analisados da perspectiva dos cuidados com a saúde e das vulnerabilidades da população adulta em situação de rua no que diz respeito ao exercício e desenvolvimento de uma vida sexual saudável.

A pergunta foi colocada aos entrevistados no sentido de reunir, no mesmo conjunto de respostas, estratégias tanto para a prevenção em relação às doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), quanto à gravidez indesejada. Destaca-se em relação a esses cuidados, a informação sobre o uso de preservativos, dada por mais de 60% dos entrevistados, seguido da referência à abstinência sexual (7,5%). Porém, 21,8% dos entrevistados afirmaram não tomar nenhum cuidado. É significativo que apenas 3,9% dos entrevistados disseram fazer uso de anticoncepcionais orais.

Tabela 54 – Cuidados que os entrevistados manifestaram tomar para evitar filhos e DSTs

<i>Cuidados</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Não tem relações sexuais	33	7,6
Não toma cuidado	95	21,8
Sim, Preservativo (camisinha)	269	61,8
Sim, Pílula	8	1,8
Sim, Preservativo e pílula	9	2,1
Sim, Coito interrompido	2	,5
Sim, Laqueadura / Ligação das trompas	7	1,6
Sim, Outro.	12	2,8

Inválidos	31	-
Total	467	100,0

Fonte: Pesquisa Perfil e o Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016. (N=435)

Em relação a outros métodos explicitados pelos participantes, destacam-se as injeções de hormônios, referidas por 4 entrevistadas e a relação estabelecida com o(a) parceiro(a), isto é, manter um parceiro fixo ou ter confiança no(a) parceiro(a).

O questionário também contemplou uma pergunta específica para as mulheres em idade reprodutiva, acerca da ocorrência de abortos. Das 74 mulheres que responderam a essa pergunta, quase 40% responderam que sim. Esse percentual bastante alto, juntamente com as dificuldades de acesso e permanência em tratamentos de saúde, expostas nos itens anteriores, pode ser um complicador da situação de saúde das mulheres em situação de rua, aumentando sua vulnerabilidade nesse espaço social.

Tabela 55 – Percentual de mulheres que já tiveram ocorrência de aborto

<i>Aborto</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	29	39,2
Não	45	60,8
Total	74	100,0

Fonte: Pesquisa Perfil e o Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016. (N=74)

5.6. A Rua: motivos de ida para rua, atrativos e perigos

Como foi referido anteriormente, quase a metade da população de rua de Porto Alegre está nesta situação há mais de 5 anos (47,8%) em que pese a sua heterogeneidade em relação a esta variável. O tempo de permanência na rua nos dá uma ideia da heterogeneidade dessa população, mas essa heterogeneidade fica ainda mais evidente quando consideramos as motivações para estar na rua e, principalmente, as muitas formas de se relacionar com esse espaço e condição. Tal como nas pesquisas anteriores, foi colocada à amostra de entrevistados a questão “Por que/como veio para a rua?”. Embora o instrumento tenha sido elaborado

instruindo o entrevistador que marcasse apenas uma alternativa ou resposta, sabemos que as motivações para “cair na rua” são muito mais complexas. Não se trata de um único motivo, que resuma todo o conjunto de processos intrincados a partir dos quais os sujeitos desenvolvem suas trajetórias de vida. Porém, os próprios sujeitos elaboram explicações, muitas vezes sintéticas, tanto para si, quanto para os outros, acerca dos motivos pelos quais se encontram em determinada situação, ou agiram de uma forma e não de outra. Os atores sociais elaboram explicações para fatos, experiências e eventos que são incorporadas às percepções de si e da realidade, inclusive da situação de rua. Essas explicações fazem parte da apresentação de si mesmos também nos processos de negociação da identidade para o outro (Dubar, 2005), que se colocam não apenas nas entrevistas, mas também na relação com os serviços públicos e assistenciais voltados para as pessoas em situação de rua.

De forma sintética, podemos observar que os principais motivos apontados pelos entrevistados para terem ido para a rua são as questões relacionadas ao alcoolismo e ao uso de drogas (24%), motivo mais referido, e variáveis relacionadas à instabilidade e à ruptura familiar. Essa hipótese pode ser reforçada pelo papel significativo que as separações e decepções amorosas têm nesse processo (9,6%), que podem levar a sentimentos de desilusão e processos de depressão e podem estar também bastante relacionadas também ao uso de álcool e drogas. É significativa a preponderância das relações familiares nas motivações apresentadas, tanto nas alternativas colocadas no questionário, quanto nas “outras” motivações que os próprios entrevistados forneceram. Se considerarmos que as “separações e decepções amorosas”, os “maus tratos na família”, “não se sentir bem com a família”, a “morte de algum familiar”, o “envolvimento da família com o tráfico de drogas” e o “uso de drogas ou o alcoolismo na família de origem” são situações que envolvem pessoas próximas e/ou do núcleo familiar de origem, verificamos que 32,5% das motivações explicitadas pelos entrevistados para terem ido para a rua envolveram questões e conflitos familiares. Na situação de entrevista, algumas pessoas explicitaram que a decisão de ir para rua se deveu em grande parte ao próprio envolvimento com drogas e/ou álcool e a uma decisão de preservar a própria família em relação aos danos e conflitos que a dependência gerava o que nos leva a apontar para pesquisas futuras a investigação mais apropriada de uma correlação entre variáveis de instabilidade familiar e problemas com álcool e drogas.

Tabela 56 – Motivações para terem ido para a rua

Por que / como veio para a rua	<i>Freq</i>	%
Uso de drogas/ Alcoolismo próprio	112	24,0
Outro	88	18,8
Separação/decepção amorosa	45	9,6
Desemprego	40	8,6
Por causa da morte de algum familiar	35	7,5

Não tem família / não se sente bem na família	26	5,6
Maus tratos na família (violência)	24	5,1
Perda da moradia	23	4,9
Porque gosta / opção	20	4,3
Expulsão de casa	17	3,6
Uso de drogas/Alcoolismo na família de origem	12	2,6
Sofre ameaças / jurado na comunidade	9	1,9
Saída do Sistema Penitenciário (Prisões)	7	1,5
Porque estava doente	4	0,9
Porque a família está envolvida com o tráfico	4	0,9
Saída da FASE/FEBEM	1	0,2
Total	467	100

Fonte: Pesquisa Perfil e o Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016. (N=467)

Com efeito, a centralidade das relações familiares também aparece no exame das respostas registradas como “outros” motivos: das 88 respostas, 36,4% se referem a conflitos familiares (conflito na família, brigas, discussões familiares etc.). Entre as rupturas familiares, 4,5% se referem a situações em que o(a) entrevistado(a) perdeu a guarda dos filhos, que foram encaminhados para abrigos e 3,4% ao abandono pelos pais. 6,8% foram para a rua por causa do(a) companheiro(a) ou de amigos e 6,8% por causa da independência e da liberdade de viver na rua. 12,5% indicaram problemas financeiros e/ou dívidas, que variam desde não conseguir recursos para comprar uma passagem de ônibus para a cidade de origem, à falência dos negócios da família e dívidas acumuladas ao longo da vida.

Em comparação com os resultados da pesquisa de 2007-8, verificamos que as rupturas familiares eram as principais motivações apresentadas pelos entrevistados naquela pesquisa, com 41,1% das respostas. Em seguida, figuravam a carência de condições materiais e financeiras (22,8%) e o uso de drogas/álcool pelo indivíduo ou na família (15,0%). A comparação com os dados de 2016 aponta para o crescimento da referência ao uso de álcool e drogas como uma variável significativa que envolve a vida na rua, pois esta justificativa cresceu, em 2016, para abarcar 24% das respostas, ao passo que a soma de variáveis associadas às condições materiais como o desemprego (8,6%) e a perda de moradia (4,9%) somadas abarcam o percentual de 13,5%.

O conjunto de respostas revela, assim, uma miríade de fatores associados às circunstâncias pessoais e à própria trajetória individual dos sujeitos, o que dificulta a percepção dos fatores estruturais e das vulnerabilidades a que os atores sociais podem estar sujeitos e atuam tanto no sentido de configurar processos de exclusão social, quanto de processos de reforço e prolongamento da situação de rua, inviabilizando ou mesmo impedindo a ruptura com as carências múltiplas.

Entretanto, a vivência e a experiência das pessoas não deve ser analisada apenas do ponto de vista da falta de recursos, da precariedade e dos riscos; em outras palavras, de uma perspectiva exclusivamente negativa que fundamenta, inclusive, a negação do direito de estar

na rua e ocupar o espaço público de forma plena, garantindo-se o direito de ir e vir livremente e de ter acesso aos serviços públicos e privados. Trata-se de pensar esse espaço social como um lugar de apropriação, criação e desenvolvimento de outras formas de sociabilidade e existência, que não necessariamente se opõem aos valores positivos da convivência, do bem estar e do prazer. Por essa razão, o questionário também incluiu a questão “O que mais gosta na rua?”, com o objetivo de apreender quais são os principais aspectos e características positivas das diversas formas de viver em situação de rua e que podem também ser entendidas como re-interpretações das possibilidades que se apresentam diante da experiência de estar na rua.

Em relação a essa pergunta, os entrevistados manifestaram, em primeiro lugar, a “liberdade” e, em segundo, “estar com as pessoas”. A liberdade aparece em contraposição aos constrangimentos e coerções sociais das normas, regras e valores da vivência em outros espaços institucionais, como a família e as relações nos espaços de trabalho formais, mas também das estruturas de serviços públicos como abrigos e albergues.

Tabela 57 – Aspectos mais apreciados na rua (%)

O que mais gosta na rua	Opção 1	Opção 2
A independência	5,4	17,1
A Liberdade	32,2	22,4
Estar com as pessoas	15,4	12,5
Poder usar drogas	3,5	3,3
Poder consumir bebidas alcóolicas	1,4	5,3
Receber doações de roupas	1,1	3,3
Receber doações de alimentos	2,2	5,3
Ganhar dinheiro	4,9	3,9
Nada	26,8	19,1
Outro	7,3	7,9
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Perfil e o Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016

Esses aspectos ficam mais evidenciados quando analisamos o conjunto de respostas categorizadas como “outros”: 16,3% das respostas se referem aos espaços públicos de convivência, nomeadamente os parques e praças, e que aparecem positivamente avaliados como locais de convívio e contato com a natureza (associada às árvores, aos pássaros e à qualidade do ar), reforçando a separação entre os espaços “fechados” (casa, prédio, fábrica, escritório) e “abertos” (ar livre) que comumente representam a oposição casa/rua.

O aspecto “estar com as pessoas,” especialmente os laços de companheirismo e amizade que estabelecem na convivência com outros moradores de rua, também foi

ênfatisado nas alternativas de resposta e também na categoria “outros”, nas quais 13,9% das respostas se referiram explicitamente aos companheiros (relações afetivas) e amizades, além da sociabilidade exercida no encontro com pessoas diferentes, nas trocas de afetos, conhecimentos e experiências de aprendizagem. Mas a rua é também um lugar de refúgio em relação aos constrangimentos do cotidiano, das rotinas familiares e do trabalho produtivo. Figura na valorização positiva da rua como oportunidade para a contemplação (nas atividades de caminhar e apreciar por meio do olhar), com 10,9% das respostas, e espaço onde os entrevistados também encontram “paz” e “tranquilidade” (6,2%).

Isso não significa que estar na rua se circunscreve ao ócio ou à inatividade (muitas vezes estigmatizada como vadiagem ou vagabundagem), pois a rua é também um local de trabalho, de intensa atividade pela sobrevivência e, como tal, positivamente valorizada.

Os aspectos positivos da rua, entretanto, não são compartilhados por todos os entrevistados, haja vista que um percentual significativo respondeu que não gosta de “nada” (19,1%) na rua, recusando, inclusive, a possibilidade de haver algo positivo nessa situação.

De fato, há um conjunto de aspectos bastante negativos em relação à rua que são apontados pelos entrevistados e são bastante reveladores das vulnerabilidades, riscos e perigos a que as pessoas em situação de rua estão expostas. Isso ficará ainda mais evidente quando analisarmos os principais medos explicitados pelos participantes da amostra.

A pergunta “O que menos gosta na rua?” evidencia os processos de marginalização/exclusão social experimentados pelos entrevistados, especialmente no que diz respeito à produção e reprodução do estigma social de viver na rua. Não por acaso, o principal aspecto negativo destacado foi a “discriminação de estar na rua”, que apareceu como a primeira opção para 21,5% dos entrevistados. Contrastando com o que foi evidenciado na tabela anterior, apesar de a sociabilidade entre as pessoas que compartilham a mesma condição ter sido um dos aspectos mais positivamente valorizados, as relações sociais que se estabelecem na rua não são isentas de conflitos: 17,8% das primeiras opções de resposta e 15,4% das segundas opções se referiram às “brigas entre as pessoas que estão na rua”. É preciso considerar, portanto, que a conflitualidade se manifesta não apenas entre aqueles que possuem habitação regular e os moradores de rua, mas também entre a própria população, na disputa por espaços de convivência, abrigo e obtenção de recursos.

A vulnerabilidade e a exposição às variações climáticas ficam evidentes no fato de vários apontarem o frio e a chuva, especialmente durante o inverno, como o que menos gostam na rua. A falta de abrigo também interfere em outros aspectos do cotidiano, conforme pudemos perceber na análise das respostas categorizadas como “outros”, como por exemplo, a

falta de acesso a locais para a realização da higiene pessoal e a falta de banheiros públicos, dormir na rua, a falta de privacidade e o próprio fato de estar na rua.

Tabela 58 – Aspectos menos apreciados na rua

O que menos gosta na rua?	%	Opção 2	%
Opção 1			
A discriminação de estar na rua	21,5	Os roubos entre as pessoas que estão na rua	16,7
As brigas entre as pessoas que estão na rua	17,8	As brigas entre as pessoas que estão na rua	15,4
Ficar na chuva e no frio durante o inverno	13,5	Ficar na chuva e no frio durante o inverno	14,1
A vigilância da Polícia	10,7	Outro	12,2
Nada	10,1	A discriminação de estar na rua	10,3
Os roubos entre as pessoas que estão na rua	8,9	A vigilância da Polícia	8,3
Outro	8,6	Falta de comida/fome	8,3
Falta de comida/fome	4,0	Falta de trabalho	6,4
Falta de trabalho	2,5	Não ter endereço fixo	3,8
Não ter endereço fixo	2,5	Nada	4,5
Total	100,0	Total	100,0

Fonte: Pesquisa Perfil e o Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016

Porém, o que mais chama atenção em relação às características negativas da situação de rua, mais do que a discriminação e a estigmatização, é a sensação de estar vulnerável à violência. A escolha da opção “a vigilância da polícia” que, na maioria das vezes, atua como de forma opressora em relação a essa população, foi apontada por 10,7% dos entrevistados em primeiro lugar e por 8,3% em segundo lugar. Mais significativo ainda, analisando o conjunto de respostas categorizadas como “outros”, 19,8% dos entrevistados apontaram a violência, e 6,2%, a insegurança, como os elementos de que menos gostam na rua. Conforme analisaremos a seguir, trata-se de um fenômeno que não se circunscreve à ação de agentes do estado, mas também às pessoas domiciliadas e às próprias pessoas em situação de rua.

Apesar de 21,1% dos participantes da amostra terem afirmado que “não têm medo de nada” na rua, o medo da violência em suas diferentes formas aparece claramente nas respostas à questão 57, “Na rua, tem medo principalmente de quê?”. As alternativas se referem a diferentes tipos de violência, especialmente física, incluindo a violência letal e as agressões, que podem ser agressões físicas ou verbais. O medo de ser assassinado, o que pode ocorrer especialmente enquanto estão dormindo, foi manifestado por 21,6% dos entrevistados. Um em cada 5 entrevistados, portanto, tem medo de morrer de forma violenta. Em seguida, aparecem as agressões, que superam inclusive o medo da polícia. Se considerarmos os assassinatos, as agressões e a violência sexual, temos que 38,2% dos participantes da amostra têm medo da violência física, que é praticada, inclusive, pelas polícias, o que eleva esse percentual para 50,9%. Considerando que outras pessoas que não policiais/brigadianos

também constituem ameaça às pessoas em situação de rua, é interessante verificar que tipo de pessoas agem de forma violenta em relação a essa população.

Tabela 59 – Principais medos na rua

<i>Medo na rua</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Ser morto/assassinado/dormir e não acordar no outro dia	97	21,6
Nada	95	21,1
Outro	83	18,4
Ser agredido	65	14,4
Da polícia	57	12,7
Ser roubado/assaltado	43	9,6
Ser violentado sexualmente	10	2,2
Inválidos	14	-
Total	450	100,0

Fonte: Pesquisa Perfil e o Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016

O exame das respostas categorizadas como “outros” mostrou que 15,7% das respostas se referiram à “violência” em geral, seja ela praticada por criminosos, usuários de drogas, pessoas que não estão em situação de rua até tipos específicos, como “nazistas” e “skinheads”. Houve menções também às agressões contra a companheira e medo de “gente ruim” e “pessoas ruins”. Todos esses medos são fundamentados nas experiências de violência acumuladas pelos entrevistados, que se manifestam no conjunto de violências praticadas cotidianamente e também em violências que marcaram suas trajetórias de vida em relacionamentos anteriores, no âmbito familiar e das relações conjugais, que examinaremos a seguir.

5.7. Violência

O medo da violência está profundamente ligado às experiência vividas pelas pessoas em situação de rua. Quando questionados se alguma vez foram vítimas de algum tipo de violência, a grande maioria dos entrevistados (60,6%) respondeu positivamente, sendo que 47,5% sofreu violência mais de uma vez em sua vida.

Tabela 60 – Violência sofrida

<i>Violência</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim, uma vez	60	13,2
Sim, algumas vezes	90	19,8
Sim, muitas vezes	126	27,7
Nunca	179	39,3

Inválidos	12	-
Total	467	100,0

Fonte: Pesquisa Perfil e o Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016. (N=455)

Cabe destacar a violência sexual, sofrida especialmente pelas mulheres, como mais um tipo de violência que se sobrepõem aos demais riscos e perigos da rua.

Tabela 61 – Violência sexual ou prática de sexo sem vontade

<i>Já foi obrigado a ter relação sexual ou fazer sexo sem querer?</i>	<i>%</i>
Sim, uma vez	8,4
Sim, algumas vezes	3,6
Sim, muitas vezes	5,3
Nunca	82,7
Total	100,0

Fonte: Pesquisa Perfil e o Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016. (N=359)

Quando perguntados sobre quem praticou mais vezes, os entrevistados referiram, em primeiro lugar, a agentes do estado, nomeadamente os policiais da Brigada Militar, mas também policiais civis e agentes municipais, como funcionários dos DMLU e da SMAM. Além da violência institucional, cometida pelos próprios agentes do estado, as pessoas em situação de rua também percebem estar sujeitas à violência cometida por outros em condições semelhantes. Os conflitos entre as pessoas que disputam os espaços e recursos disponíveis na rua, destacados nos aspectos negativos e nos medos manifestados nas respostas anteriores, também aparecem nas violências cometidas por outros grupos de moradores de rua, que aparecem em primeiro lugar para 23,6% e em segundo lugar para 20,1% dos respondentes.

Tabela 62 – Praticantes de violência: quem praticou mais vezes

<i>Opção 1</i>	<i>Freq.</i>	<i>%</i>	<i>Opção 2</i>	<i>Freq.</i>	<i>%</i>
Brigadianos	81	31,4	Brigadianos	34	25,4
Outros Grupos de Rua	61	23,6	Outros Grupos de Rua	27	20,1
Pessoas desconhecidas	41	15,9	Pessoas desconhecidas	22	16,4
Familiares	20	7,8	Policiais Civis	11	8,2
Companheiro (a)	13	5,0	Moradores das casas e apartamentos	10	7,5
Outro	13	5,0	Companheiro (a)	8	6,0
Moradores das casas e apartamentos	11	4,3	Familiares	6	4,5
Policiais Civis	8	3,1	Traficantes	5	3,7

Traficantes	7	2,7	Guarda Municipal	4	3,0
Funcionários DMLU/SMAM	1	,4	Outro	4	3,0
Segurança Privada	1	,4	Segurança Privada	2	1,5
Guarda Municipal	1	,4	Funcionários:DMLU/SMA M	1	,7
Inválidos	18	-			
Total	276	100,0	Total	134	100,0

Fonte: Pesquisa Perfil e o Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016. (N=276 e N=134)

O estigma social e a criminalização desta população, rotulada nos estereótipos de potenciais agentes e perpetradores de atividades ilícitas (como roubo, furto, assalto, tráfico e uso de drogas), colocam essa população na condição de suspeitos, passíveis de abordagens por parte de policiais. De fato, quando perguntados se já haviam sido detidos pela polícia, 70,5% dos entrevistados afirmaram que sim, sendo que 23,5% uma vez e 47,0% mais de uma vez. Procuramos saber o motivo de serem detidos e, no caso daqueles que foram detidos mais de uma vez, qual o motivo da última detenção. Os delitos relacionados ao patrimônio, como roubos, assaltos, furtos e danos foram os motivos mais frequentemente citados (26,5%). Porém, 18,4% dos entrevistados relatou ter sido detido pelo fato de estarem na rua, por preconceito ou discriminação e denúncias da vizinhança. Se somarmos os que foram detidos por engano ou por serem suspeitos (9,7%), temos que 28,1% dos participantes da amostra já foi detido sem ter cometido um delito, o que reforça a percepção da estigmatização a que a população em situação de rua está sujeita. Quando comparados a dados da pesquisa de 2007-8, verificamos que os motivos para as detenções são bastante semelhantes, exceto pelo tráfico de drogas, que não havia sido indicado pelos entrevistados daquela amostra.

Tabela 63 – Motivo da (última) detenção, 2016

<i>Por que foi detido?</i>	Freq.	%
Roubo/Assalto/Furto/Danos ao patrimônio	82	26,5
Pelo fato de estar na rua/Preconceito e discriminação/Denúncias da vizinhança	57	18,4
Uso de droga	40	12,9
Tráfico	33	10,6
Por engano/Suspeito	30	9,7
Outros	23	7,4
Homicídio/tentativa/lesão corporal	16	5,2

Briga na rua	12	3,9
Foragido	5	1,6
Desacato	4	1,3
Estar sem documentos	4	1,3
Dirigir embriagado	2	0,6
Porque não pagou a pensão	2	0,6
Total	310	100

Fonte: Pesquisa Perfil e o Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016. (N=310)

A rotulação das pessoas em situação de rua como “suspeitas” ou como prováveis criminosos, especialmente pela polícia, aparece nas respostas daqueles que responderam terem sido detidos por estarem sem documentos e por desacato à autoridade. Essas respostas sugerem um número significativo de abordagens para verificação de documentos e identidades com base na discricionariedade da autoridade policial.

5.7.1. Preconceito e discriminação

A rotulação e estigmatização sistemática das pessoas em situação de rua manifesta-se igualmente na violência atribuída pelos pesquisados como sendo praticada pelas pessoas que têm moradia regular (casas, apartamentos, imóveis próprios ou alugados) ou são proprietárias e/ou trabalhadoras em locais públicos, especialmente comércios. A hostilidade em relação à presença de pessoas dormindo, ocupando, habitando e/ou fazendo outros usos dos espaços públicos contíguos, em frente ou imediatamente próximos de lojas, restaurantes, bancos, supermercados etc., resulta, muitas vezes, em práticas de discriminação, agressões e violência contra as pessoas em situação de rua.

Os resultados perversos dessas práticas aparecem nas entrevistas na percepção dos informantes em relação à forma como se sentem considerados e tratados pela população de Porto Alegre em geral. Quando perguntados a respeito de: “Como a população de Porto Alegre trata as pessoas que moram/vivem nas ruas?” os entrevistados foram confrontados com a possibilidade de configurar a relação entre eles e outras populações da cidade em termos das seguintes variáveis: desconfiança, preconceito, medo, indiferença, respeito e solidariedade.

Tabela 64 – Tratamentos dispensados às pessoas que moram/vivem pela população de Porto Alegre em relação a desconfiança, preconceito, indiferença, medo, respeito e solidariedade, 2016

<i>Categoria</i>	<i>Tratamento dado</i>	<i>%</i>
Desconfiança	Com desconfiança	82,4
	Sem desconfiança	17,6
	Total	100,0
Preconceito	Com preconceito	79,4
	Sem preconceito	20,5
	Total	100,0
Indiferença	Com indiferença	75,9
	Sem indiferença	24,1
	Total	100,0
Medo	Com medo	80,7
	Sem medo	19,3
	Total	100,0
Respeito	Com respeito	48,4
	Sem respeito	51,6
	Total	100,0
Solidariedade	Com solidariedade	58,2
	Sem solidariedade	41,8
	Total	100,0

Fonte: Pesquisa Perfil e o Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016

Os tratamentos negativos foram consideravelmente mais frequentes que os tratamentos positivos. As categorias “com desconfiança” e “com medo” foram indicadas por 82,4% e 80,7%, respectivamente, dos entrevistados. O preconceito em relação a essa população também é bastante elevado, aparecendo em 79,4% das respostas positivas. Mais da metade, 51,8%, afirmou serem tratados “sem respeito”. Por outro lado, ações como as doações de roupas, alimentos e dinheiro, distribuição de comida, entre outras iniciativas assistenciais e de caridade, por parte de organizações não governamentais, voluntários, igrejas e outras instituições, ajudam a compor o percentual significativo de percepções de “solidariedade”, vivenciadas por 58,2% dos respondentes. Trata-se da única categoria positiva reconhecida pelos entrevistados, que se contrapõe à indiferença com a percebem-se tratados no dia a dia.

Contudo, prevalecem as situações em que a desconfiança e o medo, subjacentes à “suspeita” em relação ao tipo social enquadrado na categoria de “morador de rua”, geram situações concretas de discriminação com base no preconceito. Quando analisamos as situações e os locais aos quais os entrevistados já tiveram o seu acesso barrado ou impedido, observamos um percentual significativo de experiências negadoras do reconhecimento social destes indivíduos como cidadãos com direitos equivalentes aos demais, sobretudo no acesso aos espaços públicos, como praças, parques e transportes coletivos. Outros espaços onde são

sistematicamente barrados ou impedidos de entrar são os estabelecimentos comerciais, shoppings e bancos.

Tabela 65 - Impedimentos

Já foi impedido/barrado de...	Sim	Não	Total
	%	%	%
<i>Ficar em lugares públicos</i>	37,4	62,6	100,0
<i>Entrar em transporte coletivo</i>	33,7	66,3	100,0
<i>Entrar em estabelecimentos comerciais</i>	29,4	70,6	100,0
<i>Entrar em shopping center</i>	19,9	80,1	100,0
<i>Receber atendimento em rede de saúde</i>	15,4	84,5	100,0
<i>Entrar em bancos</i>	13,2	86,8	100,0
<i>Entrar em órgãos públicos</i>	11,2	88,8	100,0
<i>Tirar documentos</i>	5,9	94,1	100,0
<i>Outros</i>	52,9	47,1	100,00

Fonte: Pesquisa Perfil e o Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016

As barreiras sociais enfrentadas pelas pessoas em situação de rua se tornam ainda mais graves quando consideramos que esses impedimentos podem vir a se concretizar no próprio cerceamento do direito de ir e vir. Cerca de 45% dos entrevistados afirmaram já terem sido expulsos de algum lugar, sendo que 36,5% se referiam a locais e órgãos públicos, como ruas, calçadas, praças, parques, marquises e até mesmo hospitais e postos de saúde. Em seguida, figuram os estabelecimentos comerciais, incluindo bancos (21,1%). É importante ressaltar que, nas entrevistas os entrevistados referiram que não se encontravam dentro dos estabelecimentos, mas estavam na frente da loja ou do banco e foi expulso, o que é revelador das dinâmicas de apropriação do espaço público que interferem diretamente nas possibilidades e formas de ser e estar na cidade.

Tabela 66 – Locais dos quais os entrevistados disseram já terem sido expulsos

Tipo de local	Freq.	%
Locais/órgãos públicos	63	36,8
Estabelecimentos comerciais/bancos	36	21,1
Outros	18	10,5
Albergues/centro pop/restaurante popular	13	7,6
Da própria casa/de pessoas próximas	11	6,4

(Igrejas/clubes/festas/bailes e agremiações)	10	5,8
Escolas/colégios/faculdades	10	5,8
Não sabe/não lembra	6	3,5
Transporte coletivo	4	2,3
Total	171	100

Fonte: Pesquisa Perfil e o Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016.
(N=171)

Chama a atenção o fato de que os entrevistados também referiram terem sido expulsos dos locais destinados a prestação de serviços exatamente para a população em situação de rua, como albergues, o Centro Pop e o restaurante popular. Essas expulsões se dão, provavelmente, em função da não-conformidade com as regras (como a proibição do uso de drogas e álcool nas dependências dos albergues), mas também da intolerância em relação àqueles que procuram o albergue já tendo feito uso de álcool e/ou drogas.

5.8. Conhecimento e Participação em Fóruns, Movimentos Sociais e ONG's e Avaliação de Serviços Públicos e das Relações Pessoais

5.8.1. Conhecimento e Participação em Fóruns, Movimentos Sociais e ONG's

Por meio do questionário, procuramos identificar o conhecimento e o grau de participação que os entrevistados têm de diferentes fóruns, movimentos sociais e ONGs de promoção de direitos e cidadania. Na condição de eleitores, observamos que a taxa de participação nas eleições para os cargos executivos de presidente e governador e os cargos legislativos de senador e deputados federal e estadual, no pleito de 2014, foi baixa: cerca de 40% dos participantes da amostra afirmou ter votado na última eleição até a época em que foi realizada a pesquisa.

Tabela 67 - Votou na última eleição?

<i>Votou na última eleição?</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	183	40,8
Não	264	58,9
Não Lembra	1	,2
Inválidos	19	-

Total	467	100,0
Fonte: Pesquisa Perfil e o Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016		

No que diz respeito ao aspecto do conhecimento de fóruns, movimentos sociais e ONG's, entre as entidades pesquisadas, vê-se o destaque ao Jornal Boca de Rua, que apareceu com o percentual de 65,5% de conhecimento das pessoas em situação de rua. A elaboração desse jornal está dentre as atividades para a promoção da cidadania da ONG Agência Livre para a Informação, Cidadania e Educação (ALICE), sendo uma publicação produzida e vendida pelas próprias pessoas em situação de rua, com colaboração de jornalistas profissionais, o que torna compreensível sua grande disseminação para esse público. Em comparação com a pesquisa realizada em 2007-8, verificamos que o jornal ganhou visibilidade, uma vez que, na época, 47,9% dos participantes da amostra disseram conhecer o Boca de Rua. Em segundo lugar destaca-se a Escola de Porto Alegre (EPA), local onde são realizadas oficinas e aulas abertas sobre temas variados aos quais as pessoas em situação de rua têm livre acesso. Na EPA também são realizadas, às terças-feiras à tarde, as reuniões com a equipe de integrantes do Jornal Boca de Rua para o planejamento das edições.

Embora o número de entrevistados que responderam a pergunta se participavam ou não dos diferentes fóruns, movimentos sociais e ONGs apresentados nas alternativas de resposta tenha sido consideravelmente menor do que os que responderam se conheciam essas iniciativas, analisando as frequências de participação observamos que, na amostra, as maiores participações são na EPA e no Movimento Nacional de População de Rua (MNPR).

Tabela 68- Conhecimento e participação em Fóruns/Movimentos Sociais/ONG

Fóruns/Movimentos Sociais/ONG	Conhece %	Participa %
Boca de Rua	65,5	13,4
MNPR/Movimento	33,3	28,7
ECOSOL/POP RUA	21,5	28,0
EPA	47,0	25,7
Rede Integrada de Assistência	19,1	27,8
Nuances/Igualdade/GAPA	18,3	18,6
Outros	10,0	26,3

Fonte: Pesquisa Perfil e o Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016

5.8.2. Avaliação de Serviços Públicos e das suas Relações Pessoais

Ainda no que diz respeito à percepção das pessoas e de seu modo de relação com agentes e instituições que fazem parte de suas experiências sociais, a pesquisa perguntou qual a nota média que os entrevistados dariam para uma série de organismos e grupos de pertencimento. O objetivo era obter uma avaliação geral dos serviços públicos, inclusive aqueles prestados especificamente para a população em situação de rua, aos quais os participantes têm acesso.

Diferentemente das pesquisas anteriores, foram incluídos programas e serviços implementados mais recentemente e que ainda não haviam sido avaliados, como o trabalho das equipes técnicas da Fundação de Assistência Social e Cidadania da prefeitura municipal de Porto Alegre, o Restaurante Popular, o Consultório de Rua, o Centro Pop e as estruturas que integram a rede de assistência social municipal.

É interessante observar que esses programas e instituições tiveram avaliação bastante positiva na perspectiva dos participantes da amostra. A nota média mais alta foi atribuída às equipes de abordagem social, cujo trabalho vem sendo desenvolvido junto à população em situação de rua desde 2015. Juntamente com o consultório de rua, programa realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, e o restaurante popular, configuram as iniciativas públicas mais bem avaliadas, superando as percepções sobre a rede de atendimento em saúde, em geral. Registre-se que tais serviços dirigem-se especialmente à população de rua e isto pode ter relação com a positividade de sua avaliação. Excetuando as instituições religiosas, que realizam trabalhos assistenciais e filantrópicos, parece haver portanto, uma boa aceitação e recepção positiva dessas iniciativas.

Porém, alguns programas e instituições voltados especificamente para o população em situação de rua não foram tão bem avaliados, como o Centro Pop, que tem recebido muitas críticas dos usuários, e o aluguel social. A nota média baixa atribuída as famílias está em consonância com as motivações para terem ido para a rua, analisadas anteriormente, em que os conflitos familiares figuraram entre as principais razões para vários participantes da amostra estarem em situação de rua.

Tabela 69– Nota média atribuída para instituições

Instituições	Nota Média
Equipes de abordagem social	8,1

Instituição religiosa	8,0
Restaurante popular	8,0
Consultório de Rua	8,0
EPA	7,9
Hospital	7,9
Escola	7,7
Pronto Socorro	7,7
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Ilê Mulher	7,6
Postos de saúde	7,4
Albergues	7,3
Abrigos	7,2
Clínicas de dentistas	7,1
CRAS	7,1
Outras pessoas que estão na rua	7,0
CREAS	7,0
Família	6,9
Centro Pop	6,9
Outros moradores de Porto Alegre	6,8
Hospital Psiquiátrico	6,5
Defensoria Pública	6,5
Aluguel social	6,0
Ministério Público	5,6
Polícia Civil	5,4
Guarda Civil Metropolitana	5,2
Brigada Militar	4,6
Fonte: Pesquisa Perfil e o Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016	

Já os órgãos públicos de acesso à justiça, como a Defensoria Pública e o Ministério Público receberam notas médias baixas, e as instituições de segurança pública (Guarda Civil Municipal, Polícia Civil e Brigada Militar) receberam as piores notas, confirmando a relação conflituosa em as pessoas em situação de rua e as forças de repressão e controle social do estado.

5.9. Identidade e Projetos para o Futuro

5.9.1. Você se considera morador(a) de rua?

Uma questão importante associada à identidade e representações sobre morador de rua foi dada pela interrogação: “Você se considera morador de rua?” Nesse item, verificou-se que 70,8% dos entrevistados se consideram moradores de rua, enquanto 29,2% não se consideram. Houve um pequeno acréscimo de 5% nas respostas positivas à questão, comparado com a pesquisa de 2007-8, que talvez seja motivado por uma maior constituição identitária associada a um percentual significativo da população investigada com mais de 5 anos na rua (47,8%), além do aparecimento e consolidação do próprio Movimento Nacional da População de Rua

(MNPR) e da visibilidade do Jornal Boca de Rua na cidade de Porto Alegre.

Tabela 70 – Percentual de entrevistados que se consideram moradores de rua

Considera-se morador de rua?	2007		2016	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	251	65,7	300	70,8
Não	121	31,7	124	29,2
NR/NS	10	2,6	424	100,0
Inválidos	---	---	43	
Total	382	100	467	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007 e 2016.

5.9.2. Sonhos e Projetos

Como já salientamos (UFRGS, 2008), o planejamento do futuro, os sonhos e projetos que recortam as experiências individuais são expressões importantes da leitura social que as pessoas fazem de suas inserções sociais particulares, assim como das condições de possibilidade para sua efetivação. Mais do que simples desejos individuais que expressam certas categorias mentais, tais elementos são conteúdos simbólicos importantes, pois expressam experiências e relacionamentos diversos que configuram a vida pessoal dos sujeitos, gerando suas escolhas, decisões, planos e expectativas para o futuro. Por isso, constituem leituras sociais dos contextos vivenciados, ao mesmo tempo em que revelam os campos de possibilidades que dirigem comportamentos e práticas.

Baseando-se nesses dois aspectos, a pesquisa interessou-se em conhecer o imaginário sobre o futuro e a existência de planos e sonhos da vida das pessoas em situação de rua, tal como já investigado no estudo de 2007-8. É nesse sentido que perguntamos aos entrevistados: “Como imagina o futuro? Tem algum projeto que espera realizar?” A questão foi formulada de forma a permitir a livre expressão dos entrevistados, sendo o que, metodologicamente, denominamos de uma “questão aberta”.

A análise das respostas foram analisadas tomando-se por base os agrupamentos realizados na pesquisa de 2007-8, para permitir a comparação. Foi criada, entretanto, mais um agrupamento de respostas que visou classificar respostas similares que não se enquadravam nos agrupamentos anteriormente realizados. Tais são os agrupamentos de respostas: a) aquelas que relacionavam a saída da rua com a volta para família, conquista da casa e emprego/trabalho; b) aquelas que diziam respeito a realização de outros projetos para o

futuro; c) as respostas que salientavam uma expectativa de melhoria para o futuro, sem especificar nenhum plano; d) as respostas que expressaram uma perda das expectativas no que se refere aos sonhos e a construção de planos para o futuro; e) aquelas que salientavam a impossibilidade de planejamento para a vida futura, relacionadas a uma percepção de que é impossível controlar o destino. Foi criado mais um agrupamento: j) aquelas que abarcavam projetos que se referem à subjetividade, idealizações de relacionamentos ou da ordem social.

Vejamos o conteúdo de cada um desses agrupamentos:

a) Respostas que relacionam a saída da rua com a volta para a família, conquista da casa e emprego/trabalho

A análise dos dados possibilita compreender que as principais ênfases colocadas pelos entrevistados são, exatamente, na transformação dos atributos que os colocam nessa situação social de rua. Isto é, a conquista de trabalho, casa e família aparecem de forma muito significativa nos dados levantados. Em muitas vezes, as respostas conjugaram um ou mais desses aspectos. Caso consideremos os percentuais de resposta que congregam a saída da rua e a conquista de um trabalho/emprego, o acesso a uma casa e a restauração/fabricação de laços familiares, vemos que tais elementos perfazem 57,29% das respostas dadas, o que manteve os percentuais da pesquisa de 2007-8.

b) Respostas que dizem respeito a realização de outros projetos para o futuro

Há outra possibilidade de agrupamento das respostas que diz respeito àqueles que têm, efetivamente, outros projetos para o futuro, que compreendeu o percentual de 15,1% dos dados. As categorias contempladas nesse agrupamento foram: “terminar os estudos”, que apareceu em 3,6% dos casos, “Ter aposentadoria”, que obteve 2,4% das respostas e “Montar negócio próprio”, que teve 2,2% das respostas.

c) Respostas que expressaram uma perda das expectativas no que se refere aos sonhos e a construção de planos para o futuro

A produção de um projeto de vida, que envolve uma expectativa em poder alcançá-lo, contrasta significativamente com a categoria “não imagina/não possui”, que revela uma não percepção de uma lacuna da imaginação em relação ao próprio futuro e uma perda das expectativas no que se refere aos sonhos e a construção de planos. Esta categoria representou 3,1% dos casos.

d) Respostas que salientam uma expectativa de melhoria para o futuro, sem especificar nenhum projeto para tanto

A ideia de transformação torna inteligível a própria noção de “melhorar a situação de

vida”, categoria que apareceu com 7,4% das respostas. Essa categoria, embora não descreva objetivamente um plano para o futuro, revela uma expectativa importante de melhoria da situação atual, como algo possível de acontecer, uma vez que está no campo de possibilidades construído pelos agentes para dimensionar sua situação social.

e) Respostas que salientavam a impossibilidade de planejamento para a vida futura, relacionadas a uma percepção de que é impossível controlar o destino

Um não-planejamento da vida e do futuro também apareceu na categoria “Viver a realidade/o futuro que vier”, que compreendeu 4,1% das respostas. Configurou a resposta de pessoas que, embora não construam planos para o futuro, compreendem-se na possibilidade de vivê-lo e enfrentá-lo, salientando uma ideia de destino que deve ser cumprido. Mais do que um não planejamento devido a uma percepção de incapacidade de movimentação em função das suas condições atuais, isto é, da restrição de um campo de possibilidades, as respostas dessa categoria foram dadas em função de uma visão própria de futuro como algo imprevisível.

f) Respostas que abarcavam projetos que se referem à subjetividade, idealizações de relacionamentos ou da ordem social

Nessas categorias foram agregadas as respostas que traduziam projetos altruístas, que traduzem preocupações socioambientais e de justiça social, que correspondem a 8,98% das respostas. Trata-se de posições condizentes com a participação em movimentos sociais como o MNPR e o Jornal Boca de Rua, que evidenciam também o engajamento das pessoas em situação de rua com a transformação social da sua realidade e da realidade na qual estão inseridas.

Também foram agregadas as respostas que traduziam projetos existenciais de realização pessoal, como o amor e o casamento, a formação da família, a felicidade. Correspondem a 5,1% das respostas. Essas categorias expressam visões idílicas e representações sociais do que a sociedade valoriza e funcionam como contraponto em relação à sua própria condição.

TABELA 71 – Como imaginam o futuro e se têm algum projeto a realizar

Grupos	Categorias	2007		2016	
		Freq	%	Freq	%
Grupo a	Categorias que abarcam respostas que relacionam a saída da rua com a volta para família, conquista da casa e emprego/trabalho	209	55,9	239	57,2
	Conseguir um emprego/nova profissão/ e mudar de vida	38	10,3	44	10,5
	Ter casa e emprego	37	9,7	57	13,6
	Ter família e casa	37	9,7	34	8,1
	Ter família, emprego e casa	35	9,4	5	1,2
	Ter casa/dinheiro/estabilizar-se financeiramente	28	7,6	19	4,5
	Sair da rua - voltar para casa - família/melhorar de vida	23	6,2	57	13,7
	Parar com as drogas/Tratar-se/ Voltar para Casa-Família	11	3,0	23	5,5

Grupo b:	Categorias que abarcam respostas que dizem respeito a realização de outros projetos para o futuro	48	13,5	63	15,1
	Terminar os estudos	12	3,3	15	3,6
	Montar negócio próprio	11	3,1	9	2,2
	Ter aposentadoria	8	2,2	10	2,4
	Morar num sítio/fazenda/campo	4	1,1	1	0,2
	Viajar/Mudar-se para outro lugar	4	1,2	8	2,0
	Cuidar da Saúde	4	1,2	14	3,3
	Acertar na loteria	3	0,8	6	1,4
	Morar em alguma instituição de auxílio	2	0,6	---	---
Grupo c:	Categoria que abarca respostas que expressaram uma perda das expectativas no que se refere aos sonhos e a construção de planos para o futuro	49	13	13	3,1
	Não imagina/não possui	49	13	13	3,1
Grupo d:	Categoria que abarca respostas que salientam uma expectativa de melhoria para o futuro, sem especificar nenhum projeto para tanto	36	9,5	31	7,4
	Melhorar situação de vida	36	9,5	31	7,4
Grupo e:	Respostas que salientavam a impossibilidade de planejamento para a vida futura, relacionadas a uma percepção de que é impossível controlar o destino	6	1,7	17	4,1
	Viver a realidade/o futuro que vier	6	1,7	17	4,1
Grupo f:	Categoria que abarca projetos que referem-se à subjetividade, idealizações de relacionamentos ou da ordem social	---	---	37	8,9
	Projetos altruístas/preocupação socioambiental/justiça social	---	---	16	3,8
	Projetos existenciais/casar/filhos/felicidade/amor/tranquilidade	---	---	21	5,1
Outros		12	3,6	11	2,6
NS		3	,8	5	1,2
NR		19	5,0	2	0,4
Inválidos		-	-	49	-
Total		382	100	467	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em *Situação* de Rua de Porto Alegre, 2007 e 2016.

Houve ainda respostas muito singulares, que não puderam ser classificadas em critérios particulares de semelhança e que foram colocadas na categoria “outros” que compreendeu 2,6 das respostas. Vejamos o agrupamento dos dados na tabela a seguir:

6. Considerações Finais

O estudo censitário da população de rua na cidade de Porto Alegre, realizado entre 08 de setembro e 10 de outubro de 2016, perfazendo rotinas de trabalho de campo que abarcaram turnos diversos de estudo (manhã, tarde e noite) e percorrendo toda a capital, apontou a existência de 2115 pessoas adultas em situação de rua. Em comparação com o último censo sobre o assunto realizado na cidade, datado de 2011 (FASC, 2012), que abarcava a mesma metodologia de pesquisa, esse número representa um acréscimo de 57% de pessoas. Este crescimento aponta para uma maior visibilidade dessas pessoas na cidade e traz desafios importantes para as políticas públicas de sua gestão.

O perfil populacional possível de ser constituído pelos dados de campo aponta que a população de rua na cidade de Porto Alegre é majoritariamente masculina (85,5%), nasceu em Porto Alegre ou na região metropolitana da cidade (59,1%), tem mais de 35 anos (61,4%). Em sua maioria, possuem o ensino fundamental incompleto (57,4%), dormem cotidianamente e prioritariamente em lugares de risco e improvisados e com forte exposição ao ambiente natural (52,1%). Mais de 60% da população estudada afirmam possuir documentos importantes como Carteira de Identidade (65,4%), CPF (61,4%) e Certidão de nascimento (61,3%) e mais de 70% (75,1%) destaca não ter outro familiar em situação de rua, embora relatem a presença de filhos em 75,9% dos casos.

Outros dados importantes refere-me ao fato de que 25,2% da população investigada está há menos de 1 ano na rua. Por outro lado, agregando os dados daqueles que estão há mais de 5 anos na rua, temos quase a metade da população (47,8%), o que revela uma permanência na situação de rua de mais longo prazo. Comparando aos dados de 2016 com as pesquisas anteriores, vê-se uma tendência de cronicidade da situação de rua, com crescimento dos percentuais de tempo em faixas temporais de mais de 10 anos de rua. Na pesquisa de 2007-8, o percentual de pessoas com mais de 10 anos de rua era de 19,1%; este percentual representa, hoje, 29,2% da população investigada.

Os principais motivos para a ida para a rua foram aqueles relacionados ao uso de álcool/drogas e situações de instabilidade familiar. Apontou-se também na pesquisa um crescimento do relato de doenças e/ou problemas de saúde associadas ao uso de álcool e drogas e um crescimento da informação sobre adoecimento e/ou problemas de saúde que pode informar a necessidade de maior investimento público nesta área. A relação com as instituições diversas é, em geral, constitutiva do cotidiano da vida de aproximadamente metade das pessoas em situação de rua investigada, variando o percentual conforme o tipo. Destaca-se o uso do Restaurante Popular

Menos da metade da população estudada (40,1%) afirma fazer a suas necessidades íntimas em instituições assistenciais previstas especialmente para a sua acolhida, sejam albergues, abrigos, Centro Pop ou Caps. Banheiros e chuveiros públicos previstos para essas finalidades, sem serem destinados exclusivamente para esse segmento da população, constituem a segunda resposta mais assinalada (22,5 %).

Referências Bibliográficas

- ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. RJ, Zahar, 1981.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Secretaria Nacional de Assistência Social. *I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua: relatório*. Brasília, DF: MDS, SAGI, SNAS, 2006.
- COSTA, Júlio Caetano. *Cinema e Morador de Rua: buscando estratégias resistência*. POA, Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional, 2006 (mimeo), 77p.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. RJ, Graal, 1983 (2 edição).
- DE CERTEAU, Michel. *The Practice of Everyday Life*. California, University of California, 1984.
- DELEUZE, Gilles. “Prefácio: a ascensão do social”. In: DONZELOT, Jacques. *A Polícia das Famílias*. RJ, Graal, 1980.
- DE LUCCA, Daniel. *A Rua em Movimento – experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua*. Dissertação de Mestrado. USP, São Paulo, 2007 (mimeo).
- DONZELOT, Jacques. *A Polícia das Famílias*. RJ, Graal, 1980.
- FASC. *Relatório Final de Pesquisa: Cadastro de Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre/RS*. POA, FASC, 2012 (mimeo).
- FOUCAULT, Michel. “A Governamentalidade”. In: *Microfísica do Poder*. RJ, Edições Graal, 1979. (11ª impressão), p. 277-293.
- GEHLEN, Ivaldo; SILVA, Simone Ritta e BORBA, Marta (Org.). *Diversidade e Proteção Social: estudos quanti-qualitativos das populações de Porto Alegre: afro-brasileiros; crianças, adolescentes e adultos em situação de rua; coletivos indígenas; remanescentes de quilombos*. POA, Century, 2008.
- GEHLEN, Ivaldo e SCHUCH, Patrice. “Desafios Metodológicos ao Estudar População “em Situação de Rua”. In: DORNELES et al. *A Rua em Movimento*. BH, Didática Editora do Brasil, 2012.
- KASPER, Christian Pierre. *Habitar a Rua*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Doutorado em Ciências Sociais da UNICAMP. Campinas, 2006, 239 p (mimeo).
- LEAL, Eduardo Martinelli. “Da porta pra fora”: a constituição de um problema social. *Pontourbe*. Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, 2007.
- MAGNI, Claudia. *Nomadismo Urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre*. POA, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1994 (mimeo).
- MAGNI, Claudia Turra. *Nomadismo Urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.
- PECHMAN, Robert M. *Cidades Estreitamente Vigiadas: o detetive e o urbanista*. RJ, Casa da Palavra, 2002.
- PEREIRA, Viviane de Souza. *População de Rua em Juiz de Fora: uma reflexão a partir da questão social*. Dissertação de mestrado em Serviço Social defendida na Universidade Federal de Juiz de Fora. MG, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, outubro de 2007 (mimeo).
- PIZZATO, Rejane M. S. *No olho da Rua: o serviço de atendimento social de Rua em Porto Alegre. Abordagem social de rua na sociedade contemporânea*. POA, Dissertação de mestrado em Serviço Social da PUCRS, 2011 (mimeo).
- ROSA, Cleisa Moreno Maffei. *Vidas de Rua*. SP, Editora Hucitec/Rede Rua, 2005.
- SCOTT, James. *Seeing Like a State*. How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed. New Haven and London, Yale University Press, 1998.
- SCOTT, James. *The Art of Not Being Governed. An Anarquist History of Upland Southeast Asia*. New Haven and London, Yale University Press, 2009.

SCHUCH, Patrice. “Aproximações com as Pessoas em Situação de Rua”. In: UFRGS/LABORS. *Relatório I de Pesquisa*. POA, UFRGS, 2007 (mimeo.).

SCHUCH, Patrice et alli. “População em Situação de Rua: conceitos e perspectivas fundamentais”. In: GEHLEN, Ivaldo; SILVA, Simone Ritta e BORBA, Marta (Org.). *Diversidade e Proteção Social: estudos quanti-qualitativos das populações de Porto Alegre: afro-brasileiros;*

crianças, adolescentes e adultos em situação de rua; coletivos indígenas; remanescentes de quilombos. POA, Century, 2008, p. 13-30.

SCHUCH, Patrice. “A Legibilidade como Gestão e Inscrição Política de Populações: notas etnográficas sobre a política para pessoas em situação de rua no Brasil”. In: FONSECA, Claudia e MACHADO, Helena. *Ciência, identificação e tecnologias de governo*. Coleções Editoriais do CEGOV, Rio Grande do Sul, Brasil, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, *Relatório final da pesquisa: Cadastro de Adultos em Situação de Rua e Estudo do Mundo da População Adulta em Situação de Rua de Porto Alegre*. POA, 2008 (mimeo).

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos e ROSA, Cleisa Moreno Maffei. *População de Rua: quem é, com quem vive, como é vista*. SP, Hucitec, 1992.